

Análise Multidimensional do Arquipélago dos Açores determinante para a consecução dos objetivos da OTAN

Dissertação de Mestrado

Pedro Nuno Martins Carvalho

Mestrado em

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS – O
ESPAÇO EURO-ATLÂNTICO**



Ponta Delgada

2020

Análise Multidimensional do Arquipélago dos Açores determinante para a consecução dos objetivos da OTAN

Dissertação de Mestrado

Pedro Nuno Martins Carvalho

Orientador

Professor Doutor Luís Manuel Vieira de Andrade

Dissertação de Mestrado submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais – o Espaço Euro-atlântico



Dedicatória

À minha esposa Catarina,
pelo incansável apoio na conciliação das nossas vidas pessoais e profissionais,
À família
pelo incentivo, cooperação e contributo.

Agradecimentos

Começo por agradecer ao meu orientador Professor Doutor Luís Manuel Vieira de Andrade, pela sua enorme colaboração, forte empenho, bem como pela partilha de saberes relativos a este assunto.

Ao meu diretor de curso, Professor Doutor Carlos Amaral, por todo o incondicional apoio prestado durante a realização desta Dissertação de Mestrado.

Um agradecimento especial aos entrevistados, pelo saber e pela prontidão em colaborar, permitindo assim uma maior credibilidade para esta investigação e, além disso, pelas críticas, pelo incentivo a explorar outras áreas e caminhar um pouco mais longe daquilo que tinha previsto.

Gostaria também de destacar o apreço à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas pelo auxílio nos procedimentos administrativos que por inúmeras vezes necessitaram de ser resolvidos à distância.

Resumo

As ilhas dos Açores, porção de terra Portuguesa emersa num local privilegiado pela sua centralidade no Atlântico, detém de um enorme relevo geoestratégico. Este mesmo, foi um fator muito importante que potenciou o convite formulado a Portugal para aderir à OTAN culminando com a assinatura oficial do tratado após algum tempo de negociações a 04 de abril de 1949.

À altura da sua fundação, criada substancialmente para conter a ameaça soviética, contou com a adesão de 12 Estados Membros. Adaptou-se a fim de conseguir dar uma melhor e flexível resposta no decorrer da Guerra Fria e com o seu final assim como do Pacto de Varsóvia, consequência do desmembramento do bloco comunista Soviético, a aliança perde efetivamente o inimigo físico, razão para a qual foi constituída, conduzindo a um período conturbado quanto à justificação ou pertinência da continuação desta aliança.

Analisada a conjuntura da altura e reformuladas as suas tarefas e responsabilidades, a OTAN sofreu uma reforma estrutural. Não deixou de lado o principal objetivo de garantir a defesa mútua dos seus Estados Membros, mas focou-se também na gestão de crises e nas operações de apoio à paz.

A par da evolução tecnológica, fenómenos como a globalização, intrinsecamente associados à imprevisibilidade de ameaças e novos desafios, a OTAN continua em dinâmica evolução, verificando-se uma deslocação do foco de poder do Atlântico para o Médio Oriente. No entanto, os Açores nunca foram descartados quanto ao seu valor no que concerne à consecução dos objetivos definidos pela organização.

Palavras-chave:

OTAN; Geoestratégia; Atlântico; Portugal; Açores

Abstract

The Azores Islands, a portion of Portuguese land emerged as a privileged location due to its centrality in the Atlantic, has an enormous geostrategic standing. This important factor powered Portugal's invitation to join NATO, after time passed in negotiations, and finally culminating in the official signing of the treaty on April 4, 1949.

At the time of its foundation, which was created substantially to contain the Soviet threat, it had the adherence of 12 Member States. It went adapting to achieve a better flexible response during the Cold War and when this same war ended as well as the Warsaw Pact, a direct consequence of the break-up of the Soviet Communist block, the alliance effectively loses its physical enemy, which was its primary purpose for having existed, leading to a troubled period as to the justification or relevance of the continuation of such alliance.

After analyzing the current situation at the time and reformulating its tasks and responsibilities, NATO underwent a structural reform. It did not set aside the main objective of ensuring mutual defense of its Member State, but also focused on crisis management and peace support missions.

Abreast technological developments and phenomena such as globalization, intrinsically associated with the unpredictability of threats and new challenges, NATO continues to evolve, there is a shift of focus from the Atlantic to the Middle East. Nonetheless, the Azores have never been discarded in relation to their value concerning their ability to attain the goals set by the organization.

Keywords:

NATO; Geostrategy; Atlantic; Portugal; Azores

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral	vi
Índice de Figuras	viii
Índice de Quadros e tabelas	ix
Lista de Apêndices e Anexos	x
Lista de Abreviaturas, siglas e acrónimos	xi
Capítulo 1 - Introdução	1
1.1 Enquadramento/Contextualização da investigação	1
1.2 Importância da investigação e justificação da escolha.....	2
1.3 Definição dos objetivos	3
1.4 Metodologia	3
1.5 Enunciado e estrutura do trabalho	5
Capítulo 2 – Revisão de Literatura	7
2.1 Sistema Internacional (SI).....	7
2.1.1 Forças do Sistema Internacional	9
2.1.2 A posição de Portugal neste Sistema.....	10
2.2 Conceitos de Geopolítica e Geoestratégia e sua relação	13
2.3 Enquadramento Histórico.....	14
2.4 A posição e a importância geográfica dos Açores	17
Capítulo 3 – A OTAN – Criação e Desenvolvimento	21

3.1 Fundação	21
3.2 Evolução.....	24
3.3 Entrada de Portugal na aliança e respetiva participação	28
3.4 A OTAN atualmente	31
3.5 A Aliança Atlântica à luz da Teoria das RI: Corrente neo-liberal vs neorealista.....	35
Capítulo 4 – O arquipélago dos Açores e os objetivos da OTAN	36
4.1 Os Açores e as Relações Transatlânticas	37
4.1.1 O Acordo Militar para a utilização das Ilhas.....	39
4.2 A preponderância da utilização da base das Lajes	41
4.3 A Geoestratégia do arquipélago para a consecução dos objetivos da aliança	44
Capítulo 5 – Os desafios atuais e o futuro	47
5.1 Os desafios	47
5.2 Perspetivas futuras.....	49
5.2.2 O exemplo do Centro de Defesa do Atlântico.....	51
5.3 As alterações verificadas atualmente na estrutura internacional.....	53
Capítulo 6 – Apresentação e análise de dados – Entrevistas.....	56
6.1 Descrição dos procedimentos.....	56
6.2 Exposição da análise das entrevistas.....	57
Conclusões.....	63
Bibliografia	67
Apêndices	A
Anexos	H

Índice de Figuras

Figura 1- O Triângulo Estratégico Português	G
Figura 2 – Etapas do Procedimento.....	I
Figura 3 – Dos países fundadores aos atuais membros da OTAN.....	J
Figura 4 - Mapa global dos EM e parceiros da OTAN	J
Figura 5 – Influência da URSS pós II GM.....	K
Figura 6 - Posição geográfica dos Açores.....	N
Figura 7 - Rotas desde os EUA para teatros de operações do Médio Oriente	N
Figura 8 - Estrutura da OTAN em dezembro de 1949	O
Figura 9 - Estrutura da OTAN em maio de 1951	O
Figura 10 - Estrutura da OTAN em julho de 1954.....	P

Índice de Quadros e tabelas

Quadro n.º 1 – Análise do Conteúdo à questão 1	58
Quadro n.º 2 – Análise do conteúdo à questão 2.....	59
Quadro n.º 3 – Análise do conteúdo à questão 3.....	60
Quadro n.º 4 – Análise do conteúdo à questão 4.....	61
Quadro n.º 5 – Análise do conteúdo à questão 5.....	61
Tabela 1 – Entidades entrevistadas	57

Lista de Apêndices e Anexos

Apêndice A – Esquema conceptual da investigação	B
Apêndice B – Guião das Entrevistas	C
Apêndice C – O Triângulo Estratégico Português.....	G
Anexo A – Etapas do procedimento de investigação	I
Anexo B – A Expansão da OTAN.....	J
Anexo C – A influência da URSS pós II GM.....	K
Anexo D - Principais marcos da OTAN	L
Anexo E – Excerto Decreto-Lei n.º 38530 de 1951	M
Anexo F - Relação entre a posição geográfica dos Açores e as rotas de projeção de poder N	
Anexo G - Evolução estrutural da OTAN	N

Lista de Abreviaturas, siglas e acrónimos

CE	Conceito Estratégico
CMD	Comando
CMDT	Comandante
EM	Estados Membros
FA	Forças Armadas
GM	Guerra Mundial
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OTAN	Organização do Tratado Atlântico Norte
PDN	Política de Defesa Nacional
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RI	Relações Internacionais
SI	Sistema Internacional
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Capítulo 1

Introdução

1.1 Enquadramento/Contextualização da investigação

Neste mundo cada vez mais globalizado e imprevisível, característica do período pós-guerra fria, verifica-se o surgimento de novos interesses de atores do sistema (político) internacional e, por outro lado, as ameaças deixaram de ser claras e definidas transformando-se em difusas e polimorfos.

A importância da posição privilegiada que o arquipélago dos Açores ocupa no Atlântico sempre chamou a atenção de potências exteriores. Note-se que estas ilhas têm servido de base logística de apoio a operações, tal como se verificou na II GM em que se constituíram como uma ponte aérea entre o continente americano e Europeu e mais tarde durante a Guerra do Golfo. Esta importância foi de tal forma significativa que até levou George Schultz¹ a considerar “os Açores como pivot necessário e indispensável dos EUA, se estes quisessem reagir com eficácia aos desafios militares na Europa ou aos desafios à segurança Ocidental fora da OTAN” (Martins, 1991).

No entanto, a sua importância estratégica foi oscilando ao longo dos anos. Nos dias de hoje, já não é mesma comparativamente à que se verificava na altura da fundação da OTAN, em que Portugal, apesar de não ter um governo democrático, foi convidado a pertencer como membro fundador sobretudo pela importância que a posição dos Açores tinha na altura (Telo, 1996). Razão desta variância deve-se à evolução tecnológica, à alteração da conjuntura internacional e à alteração significativa das ameaças e desafios que

¹ Constituiu-se uma figura importante nos EUA, durante o seu percurso, destaca-se a função de Secretário do Trabalho dos Estados Unidos; diretor do Escritório de Administração e Orçamento e Secretário do Tesouro todos os cargos exercidos durante a presidência de Richard Nixon. Foi ainda Secretário de Estado entre 1982 e 1989, sob o presidente Ronald Reagan. Antes de entrar na política, Shultz lutou na Segunda Guerra Mundial no Corpo de Fuzileiros Navais.

atualmente fazem frente a esta aliança, julgando-se útil revisitar a importância deste arquipélago, aquilatando do seu valor geoestratégico² a fim da prossecução dos objetivos da OTAN.

A presente investigação focar-se-á sobre a evolução da importância dos Açores para a aliança, demonstrando as variações e consequências até aos dias de hoje, analisando também os aspetos/fatores responsáveis por estas oscilações.

1.2 Importância da investigação e justificação da escolha

Desde 1427, data em que se descobriram os Açores, que este espaço geopolítico e geoestratégico único (localizado sensivelmente a um terço da distância entre a costa ocidental e a do continente Europeu e a costa oriental da América) têm constituído uma plataforma oceânica de grande relevância, tendo sido determinante para a entrada de Portugal como membro fundador da OTAN.

A pertinência desta investigação justifica-se pela atualidade que o tema confere, uma vez que embora a génese desta aliança seja datada de 1949, o SI conjuntura estratégica, as ameaças, desafios etc. estão em constante dinâmica e a um ritmo extremamente rápido levando a que de uma forma célere o foco de atenção desta aliança e o equilíbrio mundial se altere.

A simultaneidade destes eventos ocorridos quase diariamente impõe a esta aliança uma exigente capacidade de adaptação, estando conseqüentemente vinculado a estes fatores a importância geoestratégica dos Açores para a prossecução dos seus objetivos.

² Um território para ter interesse geoestratégico deve possuir uma área geográfica suficientemente relevante que justifique o emprego de forças de uma nação, se necessário, para a prossecução ou para a defesa os respetivos interesses nacionais, apresentando-se por isso, como palco de antagonismos (Sachetti, 1990).

1.3 Definição dos objetivos

Como objetivo geral pretende-se analisar a importância geoestratégica dos Açores para a consecução dos objetivos a que a OTAN se propõe. Como objetivos específicos, que se pretendem atingir com a investigação, destacam-se compreender e enumerar as alterações que se verificaram a nível de objetivos nesta aliança, analisar a importância que este arquipélago teve para a entrada de Portugal como membro fundador da OTAN e de que forma este arquipélago pode potenciar a continuação dos seus objetivos.

1.4 Metodologia

“(...) todo o saber deve perspetivar o saber-fazer e o saber-ser, atitudes em que assenta e se compreende a necessidade de saber-investigar”

(Freixo, 2012)

A investigação científica inicia-se com “(...) uma ideia geral colhida da realidade ou refletida da teoria, que se converte, progressivamente numa questão específica” (Freixo, 2012, p. 31). Para responder a essa questão é necessária a adoção de um conjunto de procedimentos e métodos³. Estes complementam-se, sendo que os primeiros representam “(...) uma forma de progredir em direção a um objetivo” e os segundos “(...) não são mais do que formalizações particulares do procedimento ou seja, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados” (Quivy &

³ Definindo método ou método científico segundo Freixo (2012, p. 84) dizemos que este “(...) consiste em estudar um fenómeno da maneira mais racional possível, de modo a evitar enganos, procurando sempre evidências e provas para as ideias, conclusões e afirmações, ou ainda, conjunto de abordagens, técnicas e processos para formular e resolver problemas na aquisição de objetiva do conhecimento. O Método Científico é utilizado em ciência na produção de conhecimentos, como procedimento e forma de atuar”. Freixo (2012, p. 88) diz ainda que “O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do investigador” - ver Apêndice A – Esquema conceptual da investigação.

Campenhoudt, 2008, p. 25). Dessa forma, é possível obter-se a formulação de hipóteses e o respetivo quadro teórico (Freixo, 2012).

Como Quivy e Campenhoudt (2008), ensinam o procedimento consubstancia-se em várias etapas: a pergunta de partida; a exploração; a problemática; a construção do modelo de análise; a observação; a análise das informações e, por fim, as conclusões. Para além dessas etapas, os autores abordam ainda um processo de três atos cuja ordem deve ser respeitada, sendo eles: a rutura, a construção e a verificação. A rutura deve-se entender como o “(...) romper com os preconceitos e as falsas evidencias, que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas. A rutura é, portanto, o primeiro ato constitutivo do procedimento científico” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 26). Esse momento concretiza a elaboração das primeiras três etapas: pergunta de partida, a exploração e culmina com a problemática.

Por sua vez, essa rutura advém da construção de um “(...) sistema conceptual organizado, suscetível de exprimir a lógica que o investigador supõe estar na base do fenómeno”, é através dessa construção que se pode “(...) erguer as proposições explicativas (...) a estudar, prever qual o plano de pesquisa a definir, as operações a aplicar e as consequências que logicamente devem esperar-se no termo da observação” (Quivy & Campenhoudt, 2008, pp. 26-28), só assim existe uma experimentação válida. Este ato consubstancia-se na problemática e na construção de um modelo de análise. Por fim, a “(...) proposição só tem direito ao estatuto científico na medida em que pode ser verificada pelos factos. Este teste é designado por verificação ou experimentação” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 28), conduzindo às duas últimas etapas: a observação, a análise das informações e às conclusões (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Decorrente da fase de exploração, este trabalho de investigação parte da seguinte questão central (QC): Qual a importância que atualmente reveste os Açores para a consecução dos objetivos da OTAN?

Definiram-se ainda três questões derivadas (QD) e formularam-se ainda três hipóteses no sentido de se obter resposta à QC:

QD1 – A OTAN mantém os mesmos objetivos aquando da sua fundação ou sofreu transformação?

QD2 – De que forma os Açores determinaram a entrada de Portugal como membro fundador nesta aliança?

QD3 – Qual a influência do arquipélago para a consecução dos objetivos da OTAN?

H1: O arquipélago dos Açores continuará a ter preponderância para este tratado?

H2: O arquipélago dos Açores, atualmente, perderá interesse para a OTAN?

H3: A história da conflitualidade contemporânea, mormente na segunda metade do século XX, é tida em conta para a posição dos Açores no Atlântico Norte?

A investigação desenvolvida orientou-se pelo método hipotético-dedutivo, cuja lógica tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, analisando do geral para o particular, e por fim chegar a uma conclusão. Usa o silogismo e a construção lógica para, a partir de duas premissas, retirar uma terceira logicamente decorrente das duas primeiras designada de conclusão.

Como técnicas utilizadas recorreu-se fundamentalmente a uma pesquisa bibliográfica e documental.

Por fim conduziram-se algumas entrevistas⁴, uma vez que estas “permitem ao investigador tomar consciência de aspetos da questão para os quais a sua própria experiência e as suas leituras, por si só, não teriam sensibilizado” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 85).

1.5 Enunciado e estrutura do trabalho

O presente trabalho desenvolve o tema “A importância geoestratégica dos Açores para os objetivos da OTAN” e encontra-se organizado numa introdução, cinco capítulos e conclusões.

A primeira parte corresponde à introdução onde se enunciam os principais objetivos, questões central e derivadas e a revisão de literatura, onde se procura estabelecer um

⁴ Recorreu-se a entrevistas exploratórias no sentido de analisar o conteúdo da informação, ouvindo especialistas sobre o assunto ou tema bem como entrevistas confirmatórias por forma a validar as fontes bibliográficas (Sarmiento, 2013). Estas entrevistas estruturam-se sob a forma diretiva, em que o entrevistado responde a perguntas pertencentes ao guião sem sair fora do mesmo, mas também sob a forma semidiretiva, em que o entrevistado responde às perguntas do guião pela ordem que entender podendo também falar de assuntos subordinados ao tema da questão (idem).

enquadramento teórico para toda a temática que se aborda nos capítulos seguintes, contando para tal com os contributos obtidos principalmente em manuais e autores de referência.

Na segunda parte encontra-se o conteúdo de maior importância para responder às questões acima referidas. É abordado o contexto da criação da OTAN até aos dias de hoje, os respetivos objetivos que definiram e que dinamicamente sofreram alterações e que atualmente se encontram em vigor, e por fim são analisadas não só as circunstâncias que levaram à adesão de Portugal à OTAN mas também a relevância que os Açores tiveram e que atualmente têm para esta aliança, focando-nos principalmente no seu fator geoestratégico.

Por fim, é realizado um estudo através de entrevistas e consulta de bibliografia por forma a viabilizar o abordado na revisão de literatura e fornecer uma maior consistência e credibilidade na informação.

O último capítulo remete para as conclusões resultantes da investigação, no sentido de dar resposta às questões central e derivadas e elencar algumas reflexões finais e propostas para futuras investigações.

Capítulo 2

Revisão de Literatura

Ao longo da história verificou-se sempre uma hierarquização dos Estados dentro do Sistema de RI cujos critérios de classificação têm variado ao longo do tempo de acordo com a situação em que são considerados ou as razões que justificam a sua utilização.

Existem fatores que foram considerados como relevantes tais como: a dimensão, a localização e a população⁵ mas atualmente, com o enorme salto tecnológico que proporcionou simultaneamente novas possibilidades e necessidades, o fator nuclear passou a ser aquele que mais influencia decisivamente o ordenamento mundial, uma vez que este poder permite aos seus detentores de imporem a sua vontade e como consequência de atraírem a si os Estados dependentes (Martins J. , 1991).

2.1 Sistema Internacional (SI)

Em matéria de RI e em termos conceptuais são várias as definições que se podem encontrar para este conceito de SI.

Tomemos como exemplo as mais clássicas. De acordo com autores de referência como o caso de Raymond Aron⁶, que na sua obra Paz e Guerra entre Nações define-o como um “(...) conjunto constituído pelas unidades políticas que mantém relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra total” (Aron, 1986). Por outro lado, Cabral

⁵ Segundo Mahan, Mackinder e Spykman estes fatores são considerados fundamentais na classificação e que continuam, apesar de tudo, ter uma certa preponderância.

⁶ Raymond Claude Ferdinand Aron foi um filósofo, sociólogo e comentarista político francês.

Couto⁷ entende-o como “(...) um conjunto de centros independentes de decisões políticas que interatuam com uma certa frequência e regularidade” (Couto C. , 1988) e na ótica de Adriano Moreira⁸, o SI é compreendido como “(...) um conjunto de elementos com identidade própria, interdependentes por um feixe de relações, e que se perfilam dentro de uma fronteira” (Moreira A. , 1997, p. 303).

Raymond Aron (1986) refere que para se obter uma percepção integral de um sistema, antes de tudo torna-se pertinente conhecer e estudar a origem dos Estados e os objetivos formulados, sendo fulcral para esta análise perceber e distinguir sistemas homogêneos e heterogêneos. Quanto aos primeiros, são aqueles que “(...) reúnem Estados do mesmo tipo, dentro de uma mesma concepção política” (Aron, 1986, p. 159), enquanto os sistemas heterogêneos são os que “(...) congregam Estados Organizados segundo princípios diferentes, postulando valores contraditórios” (Aron, 1986, p. 159).

Complementando, Adriano Moreira (1997) reflete acerca dos vários planos onde este sistema poderá estar inserido: um plano onde considera uma hipótese interpretativa designando de sistema observante e, outro plano, onde o conjunto das relações efetivas de interdependências vigentes, dentro de uma situação concreta e que constituem um sistema específico, conhecido como sistema observado. Neste último caso (sistema observado) note-se que atual e frequentemente engloba elementos exteriores ao Estado. Ou seja, a fronteira do sistema não coincide sempre com a fronteira do Estado e “(...) exprime-se num normativismo que visa disciplinar as relações entre os elementos do sistema” (Moreira, 1997, p. 304). Uma situação desta ordem poderá conduzir, eventualmente, a um fenómeno de falta de autenticidade devido à disparidade entre o proclamado e a realidade. Ou seja, o regime político proclamado é intencional e puramente verbal apenas para fins de imagem, porque o regime real é outro (Moreira, 1997). Por outro lado, o sistema observante, exprime-se a partir da teoria de obediência, “(...) a qual procura determinar as razões pelas quais a regência do sistema é acatada com esporádica intervenção da força” (Moreira, 1997, p. 308).

⁷ Abel Cabral Couto frequentou o curso de licenciatura em Ciências Físico-Químicas da Faculdade de Ciências de Lisboa. Atualmente, é general do Exército na situação de reforma e professor catedrático convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (desde 1987) e membro do conselho.

⁸ Adriano José Alves Moreira é um advogado, professor universitário de ciência política e relações internacionais e político português. Estadista e estudioso de assuntos de política internacional, destacou-se pelo seu percurso académico e pela sua ação na qualidade de Ministro do Ultramar.

De acordo com Cabral Couto, poderemos ainda classificá-lo quanto à distribuição do poder: sistema unipolar; bipolar; multipolar e difuso. Através do prefixo podemos facilmente relacioná-lo com a definição: sistema unipolar quando o poder se encontra concentrado num único núcleo; sistema bipolar quando o poder encontra-se concentrado em dois polos de poder; multipolar quando concentrado em poucos polos de poder e pelo contrário, difuso quando o poder encontra-se repartido em muitos polos de poder (Couto C. , 1988).

2.1.1 Forças do Sistema Internacional

- Estado – Nação: Segundo (Couto C. , 1988), um Estado para ser considerado Estado deverá ter um conjunto de elementos que o definirá como tal, sendo eles: “o território, que deverá ser bem delimitado, o governo, a população, a capacidade de estabelecer relações com outros Estados e, acima de tudo, soberania”. Deverá também visar aspirações humanas fundamentais, encimadas pela segurança, prosperidade e bem-estar. Além disto, um Estado para ser soberano necessita de adquirir personalidade jurídica internacional⁹. Para isso terá de ser reconhecido pelos outros Estados, sendo que, cada Estado é livre de reconhecer ou não, um novo Estado que emerge no SI (Moreira A. , 1997).

Ao nível do seu estatuto, após o reconhecimento como Estado soberano, este terá um conjunto de competências internacionais que lhe pertencem de acordo com o Direito Internacional Público. Essas competências, segundo Adriano Moreira (1997), poderão ser internas e externas. Quanto às competências internas, regra geral, são a liberdade de ação no interior do Estado “(...) que se manifesta por exemplo na organização constitucional, na forma do regime político, ou nos modelos de vida jurídica privada” (idem). Por outro lado, as competências externas, também segundo Adriano Moreira (1997) diz serem integradas pelos direitos atribuídos aos Estados para agirem na comunidade Internacional.

⁹ No plano internacional, a personalidade jurídica consiste, de acordo com a definição tradicional do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), na capacidade de uma organização ser titular de direitos e obrigações internacionais que derivam dos objetivos e das funções que lhe são atribuídas. A personalidade jurídica é, assim, um elemento inerente à própria definição de organização internacional, determinando a sua qualidade distinta da dos seus Estados-Membros e de sujeito de direito na ordem interna e internacional.

- Organizações Internacionais: As Organizações Internacionais ou Instituições Internacionais, conceito utilizado por (Moreira A. , 1997), centram-se em dois grandes pilares: a segurança e progresso ou bem-estar.

Essas Organizações são “organismos interestaduais, em regra com personalidade jurídica internacional, competência especializada e não genérica, instituídas por tratados sujeitos à ratificação pelos órgãos soberanos de cada EM” (idem). Podem ser classificadas de acordo com a sua vocação¹⁰ ou natureza¹¹ (Couto C. , 1988).

2.1.2 A posição de Portugal neste Sistema

Com a transformação do SI, a Península Ibérica que se sentia como um suporte dos valores tradicionais europeus dos anos 30, em 1949 encontra-se no meio de duas superpotências que vêm propor valores distintos. De um lado, os democráticos por parte dos EUA, e do outro, os comunistas por parte da URSS aos quais os regimes ibéricos não iam ao encontro (Telo, 1993). Apesar disso, se Portugal não tivesse entrado na OTAN, o resultado que traria não seria benéfico. Resultariam fortes implicações que a nível político significaria o isolamento internacional e, além disso, também não havia lugar para grandes opções. A margem de manobra internacional era curta e a pressão diplomática era enorme, uma vez que a não adesão representaria, do ponto de vista político internacional, a eventualidade de abrir no interior do bloco Ocidental uma fratura que o acabaria por enfraquecer (Teixeira, 2013).

Para Portugal, o período inicial de pós-Aliança Atlântica representou “(...) um passo importante de adaptação e integração no SI”, levando mesmo ao término da posição de neutralidade portuguesa, tal como dissertou (Salazar, 1945, pp. 100-126) no seu discurso “*Portugal, a Guerra e a Paz*” proferido em 18 de maio de 1945: “Finda a guerra, acabou também a neutralidade, e Portugal é como outro qualquer, um país membro da comunidade internacional.”

¹⁰ Podem subdividir-se em universais ou regionais.

¹¹ Poderão ser políticas, económicas ou militares.

Note-se que nesta altura, a posição que geograficamente Portugal ocupa representa uma enorme valência a nível estratégico, uma vez que dispunha de posições-chave tanto no âmbito militar como no âmbito comercial. Por outro lado, pelo facto de Portugal não estar envolvido em operações militares constitui-se também como um ponto forte.

Claro que com estes fatores e comparativamente à restante Europa, coloca Portugal numa situação particularmente favorável. Além disto, tinha todo o seu território intacto e com substanciais reservas de ouro e ainda uma boa relação com os aliados ocidentais (Telo, 1995).

Segundo o mesmo autor, o período inicial da Guerra Fria, marcou o Estado Novo com uma série de preocupações em matéria de defesa nacional das quais se destacam as seguintes:

- Neutralidade – Portugal conseguiu evitar envolver-se de forma direta no conflito que assolou toda a Europa. O mesmo não se poderá afirmar com tanta certeza no período pós II Guerra Mundial;
- Alteração da situação no Atlântico – o poder passou em larga escala para os EUA, título que até aqui pertencia à Inglaterra;
- Inexistência dos poderes centrais da Europa – consequência da fustigante guerra que se fez sentir, levando assim à URSS a responsável por materializar o centro do continente europeu;
- Generalização do liberalismo e da democracia em todo o Ocidente – algo que vai contra a perspectiva do regime uma vez que esse, por sua vez, já os tinha recusado intransigentemente;
- Por fim, começa-se a prever e a sentir movimentos de autonomia no império português bem como noutras colónias europeias.

A fim de fazer face a estas apreensões, o Estado Novo reage de forma protetória. Determina a conservação dos regimes da península, aproximando-se por um lado à Inglaterra porque era o único país que poderia defender o seu império e, por outro, aos EUA embora com bastantes precauções (Telo, 1993).

Quanto ao convite formulado pela OTAN endereçado a Portugal, evidencia que o considera a nível estratégico¹² como um potencial aliado e que representa um impulso importante quanto à política de segurança e defesa. Obviamente que traz enorme vantagens, mas também implicações. Uma delas decorre do princípio de defesa coletiva¹³ em que Portugal, para além do planeamento da sua defesa, tem a necessidade de integrar os planos de defesa da OTAN, obrigando-nos a direccionar o esforço também numa postura da defesa europeia.

É um facto que o designado triângulo estratégico português valoriza o território nacional e influencia a respetiva importância que ocupa dentro do SI. Na sua definição geográfica, Portugal retira um poder funcional¹⁴ dos Açores (Moreira, 1997). É esta capacidade que melhor pode definir e corporizar o sentido operacional aspirado por uma potência como a nossa¹⁵ permitindo também aos EUA reduzir a distância entre a América do Norte e a Europa, possibilitando a abertura de portas aéreas para os países a Oriente (Telo, 1996).

¹² Principalmente no que se refere ao triângulo estratégico português (ver Figura 1 no Apêndice C – Triângulo estratégico português), de grande centralidade para a Organização, alicerçado na posição geoestratégica dos Açores e da Base das Lajes, esse “porta-aviões” de inestimável contributo geoestratégico (Teixeira, 2013) na defesa ocidental, com expressão na OTAN. Esse que se encontra no meio do Atlântico e que acaba por ser uma base fixa, permitindo abastecer, controlar e vigiar o espaço atlântico, possibilitando desta forma a ligação entre a Europa e os EUA

¹³ A OTAN pauta-se pelo princípio de que um ataque contra um ou mais dos seus membros é considerado um ataque contra todos. Este é o princípio de defesa coletiva consagrado no Artigo 5º do Tratado de Washington. Até hoje, o Artigo 5º foi invocado apenas uma vez - em resposta aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos (NATO, 2019).

¹⁴ “O poder funcional (...) automatiza-se de entre as capacidades clássicas do poder do Estado para se transformar no elemento autónomo de poder das pequenas e médias potências nas suas relações com as grandes potências. Isto tornou-se possível como seqüela de internacionalização e interdependência crescentes do nosso tempo, que transformaram a terra num só teatro de guerra. A necessidade de bases no exterior, a liberdade de acesso a portos e aeroportos, a urgência de disseminar os armamentos estratégicos, a indispensabilidade de centros de observação e vigilância instalados em território alheio, a segurança das fontes de abastecimento e vigilância instalados em território alheio, a segurança das fontes de abastecimento de energia e outras matérias-primas em mãos de pequenos países, representam para cada um destes poderes políticos o nascimento de um poder funcional, que pode levantar-se em confronto com a grande potência interessada, abusando da fragilidade que para esta resulta o seu excesso de poder material” (Moreira A. , 1979, pp. 17-18).

¹⁵ Portugal com as características de pequena potência ou Estado fraco e localizado no Rimland, zona onde se verificou(a) a disputa de influências entre as potências marítimas e continental, surge a necessidade de efetuar a gestão das suas dependências, tentando minimizar as respetivas vulnerabilidades e reforçar as suas potencialidades, nunca descurando a segurança, dado que a própria sobrevivência dever-se-á sobrepor a todo o resto (Martins J. , 1991).

Portugal depara-se ainda com uma dificuldade no âmbito das suas RI nomeadamente as decorrentes do regime político existente em Portugal e do seu Império Ultramarino, que passados alguns anos foi transformado em províncias ultramarinas na tentativa de alcançar um estatuto de Estado uno e indivisível dotado de uma só estrutura administrativa e de um só direito centralizado em Lisboa (Antunes, 2013, citado por Almeida 2014). O cenário inverte. Em 1949 que com a assinatura do Tratado do Atlântico Norte vem legitimar o regime Português quanto à sua intervenção na esfera desta aliança.

Após três anos (1952), as conclusões verificadas pelo MNE quanto à entrada de Portugal na OTAN eram bastante satisfatórias. Observava esta aliança como fundamental para a defesa além de proporcionar uma forte coesão, em que o seu conteúdo ideológico se opunha ao materialismo militarista do Leste regendo-se por uma assistência mútua assente em princípios sólidos como é o caso da cooperação e auxílio entre todos os Estados e por último pela união atlântica e a convicção que esta estabeleceria a preservação das tradições espirituais da Europa (Almeida C. , 2014).

2.2 Conceitos de Geopolítica e Geoestratégia e sua relação

Como veremos mais à frente, a importância dos Açores que está em causa encontra-se em redor de dois fatores: a geopolítica e a geoestratégia. Para tal, antes de abordar de forma mais profunda este tema, torna-se inevitável um pequeno enquadramento conceptual e compreender a relação entre estes dois conceitos visto que ambos têm em comum o prefixo “geo”.

A geopolítica surge na viragem do século XIX para o século XX e, como inúmeros conceitos, também este foi objeto de várias evoluções quer no seu significado quer no âmbito da sua aplicação. Assim, segundo (Baud, 1999) a geopolítica tem como objeto de estudo as relações entre a política e o espaço e a sua essência. Procura essencialmente repostas a duas questões fundamentais: como é que um dado espaço influencia a política de um grupo, Estado ou coligação? como é que a política de qualquer unidade política, mais ou menos organizada, se pode servir da geografia para constituir uma teoria? Um pouco mais tarde, Defarges interpreta a geopolítica como uma relação existente entre o espaço e a política analisando como os fatores espaciais afetariam o fenómeno político e a política mas também

o contrário, ou seja, como é que o político se “serve” do espaço (Defarges, 2003). Por fim, de acordo com Mendes Dias (2012), este conceito baseia-se no “estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao Homem ou que dele sofre efeito intencional que, ao objetivarem-se na construção de modelos de dinâmica de poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade da ciência política, com influência na ação externa dos diferentes intervenientes na Sociedade Internacional.”

Quando se fala em geoestratégia, à luz de Martins (1996) é “estudo das relações entre os problemas estratégicos com os fatores geográficos, à escala regional ou à mundial, procurando deduzir a influência dos factos geopolíticos, (...) nas situações estratégicas e na consecução dos respetivos objetivos.” Por outro lado, também Mendes Dias define este conceito relacionando-a com a geopolítica, visto que “...recorre aos mesmos dados ou a uma mesma base de trabalho geográfica. No entanto, enquanto aquela utiliza-os para o apoio da política, esta usa-os em apoio da estratégia (...) por outro lado, a geopolítica entra na esfera da geoestratégia, como no caso da conceção de cenários de evolução, que possam implicar ou materializar conflitos” (Dias, 2005).

Como se pode observar, estes dois conceitos partem do mesmo princípio – a geografia mas depois derivam para duas disciplinas diferentes, ou seja, estas duas áreas constituem um díptico homogéneo. Célerier (1969) enuncia que são duas ciências irmãs, que interpretam a mesma realidade geográfica, mas em apoio da Política ou em apoio da Estratégia (esta, in genere, como sendo a arte da dialética das vontades que gerem a coacção - não apenas militar - para resolver os seus conflitos e atingir os seus objetivos) sendo frequente que as mesmas conclusões sirvam simultaneamente a Política e a Estratégia, variando, normalmente, os *ends, ways e means* a que cada uma das disciplinas recorre (Escorrega, 2010).

2.3 Enquadramento Histórico

A geopolítica mais do que a perspectiva histórica marca as relações que surgiram entre Portugal e os EUA onde as ilhas dos Açores assumem-se como fator de grande preponderância entre estas afinidades transatlânticas. Significa, portanto, que grande parte da literatura especializada acerca deste tema centra-se no período da II GM e da Guerra Fria

com uma natural proeminência para o estudo dos acordos dos Açores e das suas sucessivas renegociações ao longo da segunda metade do século XX (Riley, 2015).

Assim, neste entendimento nacional sobre o posicionamento de Portugal no mundo, facilmente se compreende que o arquipélago dos Açores possui uma importância crucial em vários períodos da história, uma vez que a sua localização permitiu por exemplo: apoiar logisticamente as ligações marítimas desde o século XV; a passagem de cabos submarinos pelo arquipélago desde finais do século XIX; o apoio logístico prestado na I GM¹⁶, aos navios Aliados envolvidos na guerra antissubmarina e aos comboios navais de transporte de tropas entre a América e França (idem).

Mais tarde, durante a II GM, este arquipélago foi novamente relevante e o interesse americano renasce, dado que os EUA são chamados a assumir a defesa dos interesses globais (um destes passa pela defesa avançada do continente americano – os Açores). Face ao avanço da Alemanha até aos Pirenéus e conseqüentemente a derrota da França, o executivo americano tomou imediatamente a decisão de ocupar preventivamente estes pontos avançados de defesa na perspetiva de uma guerra contra a Europa que seria principalmente atlântica – os Açores, sendo assim classificados como o primeiro e mais importante desses pontos avançados (Telo, 2010), permitindo por um lado o apoio dos aliados na luta anti-submarina e, por outro, foi um valioso recurso no contexto da invasão da Europa através do Mediterrâneo, onde podem ser considerados como uma autêntica esquadra de porta-aviões.

Durante a Guerra Fria a sua importância foi novamente relevante. Mais uma vez, a posição geográfica deste arquipélago teve um peso bastante relevante no que concerne ao convite endereçado a Portugal como membro fundador da OTAN e ainda durante este período foi evidente a vantagem e a pertinente influência que os Açores permitiram na condução das operações militares na guerra de Yom Kippur, possibilitando a passagem dos apoios militares a Israel, e na primeira Guerra do Golfo, em 1991, no apoio ao transporte estratégico dos EUA para aquele Teatro de Operações (Caldeira, 2015).

Com o final da Guerra Fria o quadro geopolítico internacional foi completamente alterado colocando um ponto final na bipolaridade. Isto é, passamos de um mundo bipolar

¹⁶ Note-se que durante esta guerra os Americanos constituíram uma base naval em Ponta Delgada representando essencialmente um ponto avançado dos EUA cujo objetivo primordial era impedir a ameaça às ilhas dos Açores por parte dos cruzadores submarinos Alemães e que nelas abastecessem (Telo, 2010).

para um mundo unipolar em termos estratégico-militares (Andrade L. , 2015). No entanto, a conjuntura de insegurança mantém-se uma vez que a consciência de que nenhum Estado ou mesmo uma coligação de vários Estados Ocidentais (Europeus e EUA) tinham capacidade de fazer frente ao poderio Soviético¹⁷, definindo-se, assim, um novo quadro no que diz respeito à segurança atlântica e conseqüentemente ao aumento do protagonismo da América neste contexto.

É perante este tema que Salazar começa a colocar de parte as suas reservas em relação às reais intenções dos EUA. Reitere-se a assinatura do acordo bilateral de cooperação militar entre Portugal e os EUA, em fevereiro de 1948, no qual se estabelece a permanência da base aérea americana no arquipélago dos Açores¹⁸. Em junho do mesmo ano, vários países tais como: EUA, Canadá, França, Inglaterra, Bélgica, Luxemburgo e Holanda iniciam negociações com a finalidade de se institucionalizar um sistema de segurança no quadro do Atlântico Norte: a futura Aliança Atlântica. Já em dezembro, dão-se os primeiros contactos exploratórios com Portugal tendo em vista uma possível inclusão (Marques, 2008).

Assim, a OTAN definia um espaço bem delimitado nas fronteiras terrestres europeias impostas pelo resultado da guerra contra os países do eixo, no qual o Atlântico Norte desempenhava o papel de plataforma de mobilidade indispensável às ligações América e Norte-Europa, possibilitando o fluxo de meios de reforço ao continente europeu sempre que tal fosse necessário.

Desta forma, Portugal como membro fundador deste tratado, ficava envolvido num sistema de segurança coletiva que não só o preservava contra a ameaça da União Soviética face à Europa Ocidental em que se inscrevia (causa primeira da constituição da aliança),

¹⁷ A Inglaterra já tinha alertado acerca do potencial Soviético. Logo, só seria possível fazer frente ao avanço Soviético para o ocidente através de uma forte aliança com capacidade dissuasora (através de armamento nuclear que embora só deva ser utilizado em último recurso, é sem sombra de dúvida o melhor meio de dissuasão e de demonstração de força). A Inglaterra sabe, uma vez mais, que neste momento quem tem o monopólio atômico são os EUA (Pereira, 2006).

¹⁸ Já em Ponta Delgada, Roosevelt havia referido a importância deste arquipélago "a ponto de considerar o apoio concedido pela base naval de Ponta Delgada às forças aliadas mais importante do que a própria participação militar portuguesa no teatro europeu...". Roosevelt afirmara que era devido à importância geoestratégica dos Açores que estes haviam prestado uma contribuição muito especial no que concerne ao transporte de tropas para o Velho Continente, tornando possível, desta forma, que o desfecho da guerra não se prolongasse (Andrade L. , 1999).

mas garantia a sua integridade relativamente a quem ameaçasse diretamente os seus interesses (Santos J. L., 2011).

2.4 A posição e a importância geográfica dos Açores

De acordo com um dos mais célebres teorizadores de geopolítica, Halford Mackinder¹⁹, “as potências continentais dispõem de elevado potencial em recursos naturais e humanos no interior do seu próprio território, o qual é geralmente protegido por fronteiras seguras e por grande espaço de recuo, ou seja, profundidade estratégica, proporcionando-lhes a possibilidade de manobrar por linhas interiores protegidas e de intervir no exterior por linhas mais curtas; as potências marítimas dispõem de recursos próprios, em regra bastante inferiores aos das continentais, mas complementam-nos com os obtidos pelo comércio marítimo e nas colónias. A sua segurança advém sobretudo da interposição do mar, necessitando porém de fronteiras seguras em terra face aos vizinhos e a sua projeção faz-se por linhas exteriores utilizando o mar, mais versáteis mas geralmente mais longas do que as linhas de comunicação terrestres correspondentes” (Mackinder, 1968).

Desde 1990 que o Atlântico Norte é considerado a maior área geopolítica e geoestratégica do mundo devido à sua extensão e limites bem definidos, sendo este um espaço onde uma organização defensiva²⁰ - a OTAN, tem a necessidade de garantir o controlo do mar através de elementos de poder marítimo implementados e fundamentais a fim de assegurar uma estratégia adequada através de marinhas de guerra, bases navais e por fim as marinhas mercantes dos países membros (Sachetti, 1990).

¹⁹ Halford John Mackinder nasceu a 15 de Fevereiro de 1861 em Inglaterra. Foi professor de geografia em Oxford, diretor do Colégio Universitário de Reading e diretor da *London School of Economics and Political Sciences*. Foi biólogo, historiador, geógrafo e político, também um geopolítico, dada a visão global das suas teorias e a materialização da relação entre o espaço e o poder político, construindo à escala do planeta modelos de dinâmica do Poder (Dias, 2005).

²⁰ Note-se que enquanto a OTAN para sobreviver necessita de desenvolver no Atlântico Norte uma estratégia marítima com plena utilização dos três elementos acima referidos (marinha de guerra, bases e transportes), a antagonista, União Soviética, em situação de guerra só necessitará de desenvolver uma estratégia naval, baseada apenas no primeiro elemento (marinha de guerra) e com um único objetivo estratégico – negar ao ocidente o uso do mar (Sachetti, 1990).

Nos dias que correm surgem algumas interrogações quanto ao valor destas ilhas e o que poderão representar. A sua posição singular no oceano Atlântico representa uma possibilidade enorme de vigilância, controlo e intervenção no sistema de circulação, possibilitando ainda a condução de operações navais. Estas características são favoravelmente aceites pela OTAN uma vez que a esta aliança interessa sobretudo deter desta possibilidade e capacidade para proveito próprio, mas também com uma segunda intenção: negá-la ao seu antagonista (Ramos C. , 1991). Além disto, esta massa emersa constitui um importante ponto de apoio para a capacidade de intervenção estratégica com meios convencionais quer no continente Africano quer principalmente no médio Oriente, ou seja, áreas de responsabilidade da OTAN (Martins J. , 1991).

Falar em Açores²¹, significa falar inevitavelmente em mar/oceano. Do mesmo modo, sempre que se fala do futuro de Portugal, o mar surge como um elemento preponderante sendo importante referir que este sempre influenciou a conceção das políticas de segurança e desenvolvimento dos Estados. Ao longo dos tempos são inúmeros os factos e acontecimentos que revelam exatamente a importância do mar no desenvolvimento dos países, em particular daqueles com uma ligação geográfica de maior proximidade. Não fossem a localização, o mar e vias navegáveis fatores geopolíticos/geoestratégicos importantíssimos. Portugal é exemplo claro disto mesmo (Neves, 2010, p.30, apud Soares, 2012).

De acordo com Mahan²², dos cinco fatores (posição geográfica, a configuração física e a extensão do território, o efetivo populacional, a psicologia nacional e as características

²¹ O arquipélago dos Açores é constituído por nove ilhas e alguns ilhéus, divididos em três grupos: O Grupo Oriental, o Grupo Central e o Grupo Ocidental. Do Grupo Oriental fazem parte as ilhas de São Miguel e Santa Maria, o Grupo Central integra as ilhas da Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial, e o Grupo Ocidental é composto pelas ilhas do Corvo e Flores. Com uma faixa costeira de 844 km, tem uma superfície total de cerca de 2.304 km²; a ilha com maior área é a de S. Miguel (749 km²) e a de menor é a do Corvo (17 km²). A maioria das ilhas é de origem vulcânica, o que explica a frequência das crises sísmicas e dos fenómenos de vulcanismo.

²² Alfred Thayer Mahan, americano, Almirante, jornalista, historiador naval, estrategista, professor de história naval e segundo presidente do Colégio Naval de Guerra dos Estados Unidos da América. Autor de

do governo) inerentes ao poder, a posição geográfica é, dos fatores, o mais decisivo²³ uma vez que determina o grau de empenhamento que pode ser dedicado à componente marítima.

A proximidade de rotas de navegação importantes ou uma grande fronteira marítima são exemplos que revelam a importância da posição geográfica para um maior ou menor desenvolvimento do poder marítimo (Dias, 2005). Mahan analisou ainda que o controlo dos mares, e principalmente dos pontos estrategicamente relevantes, é decisivo para que um país consiga alcançar os seus principais objetivos e conseguinte o estatuto de grande potência (Escorrega, 2010). Partilhando da mesma ideologia, (Barreau & Bigot, 2008) referem que “na moda ou não, a geografia continua absolutamente necessária a quem quiser compreender o mundo.”

Corolário destas referências e conforme o professor Adriano Moreira refere, são, portanto, os nossos arquipélagos atlânticos – os Açores e a Madeira que ainda conferem a Portugal algum poder de negociação internacional e importância estratégica. Isto significa que o nosso poder funcional, no que diz respeito às relações internacionais decorre do nosso relacionamento Atlântico (Andrade L. , 2015) e é precisamente com base nestes pressupostos de natureza geopolítica e geoestratégica que os EUA negociaram com o Governo português facilidades de natureza militar nos Açores durante a II GM.

Citando Walter Lippman: "a segurança do Atlântico é algo por que os Estados Unidos devem lutar. Porquê? Porque nas duas costas do oceano Atlântico cresceu uma profunda rede de interesses que contribui para unir o mundo ocidental. Se essa comunidade fosse destruída, dar-nos-íamos então conta daquilo que tínhamos perdido." Mais tarde, já durante o último conflito mundial, a ideia evoluiu. Segundo o mesmo autor, "o oceano Atlântico deixa de se constituir como a fronteira entre a Europa e as Américas e passa a designar-se como o mar interior de uma comunidade de ações aliadas umas às outras através

grande número de obras, sendo uma das suas mais célebres: “A influência do poder marítimo na História – 1660/1783)” (Dias, 2005).

²³ Este mesmo autor, referia que quem dominasse o mar dominava a terra, daqui a importância que estas ilhas assumem (Martins J. , 1991).

da geografia, da história e da sua necessidade vital " (James Huntley, 1969 citado por Andrade L. , 1999).

Assim sendo, é sobre este arquipélago que reveste um enorme interesse geopolítico dado a sua posição intermédia entre a América do Norte e a Europa. Nas palavras de Bispo (1990), "... as bases aéreas nas ilhas Atlânticas Portuguesas permitiriam cobrir uma grande e perigosa lacuna nas rotas dos comboios marítimos. As facilidades aeronáuticas nas ilhas tiveram um efeito vital e decisivo nas operações antissubmarinas e as vantagens trazidas com o uso destas seriam tremendas, proporcionando uma grande extensão da cobertura aérea a todos os comboios entre: os EUA ou as Índias Ocidentais e o Mediterrâneo; as Índias Ocidentais e o Reino Unido; a América do Sul e o Reino Unido; o Reino Unido e o Mediterrâneo; o Reino Unido e a África Ocidental, o Cabo e o Extremo Oriente. A cobertura aérea acrescida proporcionava ainda uma maior margem de manobra para o roteamento evasivo e para rotas mais diretas no cruzamento do meio Atlântico, criando insegurança aos submarinos e a toda a navegação inimiga."

Em jeito de resumo, "os Açores foram importantes na IGM, decisivos na segunda e indispensável no contexto da Guerra-fria..." (Marques, 2008). A sua posição, importância geoestratégica e geopolítica confere a um país pequeno e com poucos recursos como Portugal um elevado poder funcional, considerado um trunfo para a nação Portuguesa pois permite-nos uma importante afirmação no plano internacional (Escorrega, 2010).

Capítulo 3

A OTAN – Criação e Desenvolvimento

A OTAN é uma organização central nos equilíbrios globais desde há 70 anos e apesar do seu âmbito oficial ser meramente regional, foi muito importante para a realidade atual da Europa, ou seja, na sua criação e evolução. Particularmente para Portugal, teve um peso significativo no que toca à transição para o regime democrático.

3.1 Fundação

No período de crise pós II GM verificou-se que, com a derrota de duas grandes potências mundiais em termos militares e económicos, a Alemanha e o Japão, surgiu um vazio tanto para Leste como a Oeste da URSS, desencadeando assim uma intenção expansionista por parte desta união. As primeiras ações, refletidas por esta política, começaram desde logo a preocupar os aliados da Europa Ocidental e da América do Norte, uma vez que estava aberto o caminho para os Exércitos da URSS até ao Canal da Mancha e Pirenéus, sem que nenhuma organização lhe fizesse frente (Telo, 1996).

Este progresso expansionista começou pela ocupação e imposição de formas não democráticas de governo²⁴ que já tinha começado durante o período da segunda grande guerra, onde os países europeus sentiram a necessidade de recorrer aos EUA uma vez que era o único país suficientemente poderoso para fazer frente à URSS²⁵ e cuja resposta

²⁴ A Letónia e a Lituânia tornaram-se Repúblicas Socialistas Soviéticas como se pode visualizar no Anexo C – A influência da URSS pós II GM.

²⁵ Pode dizer-se que esta aliança assenta na teoria do “Midland Ocean”, de John Mackinder. Ou seja, convencionou-se no pressuposto em que o continente americano possuía potencial suficiente para poder equilibrar o domínio do “Heartland”, (URSS), desde que estivesse assegurada uma manutenção da capacidade efetiva de intervenção na Europa em tempo oportuno e número suficiente. E é neste contexto que surge a OTAN, como organização, para fazer frente à potência terrestre do “Heartland” (Soares, 2012).

consubstanciou-se através da designada doutrina Truman²⁶ e no Plano Marshall²⁷ (Santos E., 2008).

Com a “absorção” Soviética dos países satélites a ocidente, chegou-se a um momento em que a Europa se dividiu por uma linha de fronteira – a designada cortina de ferro²⁸, tornando-se indispensável constituir um sistema defensivo que garantisse a segurança comum de ambas as margens do Atlântico Norte – os EUA e a ponta ocidental da Europa (Santos J. L., 2011).

Foi então neste contexto de contenção da ameaça soviética que surgiu a necessidade de se constituir uma aliança que se opusesse ao bloco comunista e conseqüentemente ao possível avanço da União Soviética. Envolveu sem dúvida um complexo processo de negociações que durou bastantes anos e no dia 4 de Abril de 1949, data em que todos os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países fundadores²⁹ dirigiram-se a Washington para assinar formalmente a criação da OTAN, uma Organização Internacional de domínio político-militar (Guedes, 2005).

Isto apenas foi possível devido ao número significativo de países signatários da Aliança que mutuamente assumiram o compromisso de cooperação estratégica em tempo de paz e auxílio mútuo em caso de ataque a qualquer EM. Na sua génese, esta organização era o ponto de encontro de múltiplas intenções e projetos de longo prazo.

De acordo com Hans Morgenthau, esta Aliança Atlântica não difere da definição de aliança militar tradicional, pois a sua criação patenteou-se num contexto de precário

²⁶ Nome pelo qual ficou conhecida a política externa adotada pelo Governo Truman em relação aos países do bloco capitalista. A adoção desta política visava conter a expansão do socialismo não pertencentes à zona sob influência da União Soviética. Esta política teve o início formal quando em 12 de Março de 1947 o presidente norte-americano Truman pronunciou um discurso em que assumiu o compromisso de defender o mundo capitalista contra o comunismo.

²⁷ Foi o principal plano dos EUA para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. A iniciativa recebeu o nome do Secretário de Estado dos Estados Unidos, George Marshall. Os americanos financiaram com cerca de 14 bilhões de dólares na época (equivalente a cerca de cem bilhões de dólares em 2018 ajustado pela inflação), que foram entregues para ajudar na recuperação dos países europeus.

²⁸ Cortina de ferro é uma expressão que se refere à divisão da Europa em duas partes, a Europa Oriental e a Europa Ocidental como áreas de influência político-económica distintas, no pós- Segunda Guerra Mundial. Esta célebre expressão foi dita durante o discurso feito pelo primeiro-ministro britânico da época, Winston Churchill, no dia 5 de março de 1946, logo após o anúncio do fim da Segunda Guerra Mundial.

²⁹ Este Pacto foi assinado por doze países, sendo eles: Portugal, França, Inglaterra, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Islândia, Noruega, Canadá e EUA, tendo entrado formalmente em vigor a 24 de Agosto de 1949, após ratificação dos respetivos governos.

equilíbrio de poderes entre duas superpotências em concorrência para a dominação político-cultural do mundo, ou seja, de um lado os EUA e o seu modelo ocidental capitalista e liberal e, do outro, a União Soviética comunista e totalitária (Morgenthau, 1967).

A adesão à OTAN representava para os principais Estados europeus uma hipótese de se constituir uma defesa credível que perdure no tempo e a capacidade de se proceder à modernização das FA e de “ancorar” os EUA na Europa, empenhando-os na defesa avançada do seu continente, algo que seria vital para os equilíbrios globais de longo prazo e para decidir a estratégia a seguir na rivalidade com o bloco soviético. Esta aliança torna-se assim o símbolo por excelência de um equilíbrio global centrado no Atlântico Norte, uma vez que, nesta faixa do oceano e nesta altura, circulavam cerca de dois terços do comércio mundial e permitia ainda uma clara superioridade estratégica, uma vez que os EUA dominavam dois dos quatro centros industriais do planeta (os próprios EUA e o Japão ocupado pelas tropas americanas em 1949). De salientar também que complementarmente à ação da OTAN, a Europa que se juntava no mesmo rumo, apostando numa estratégia de contenção no período da Guerra Fria beneficiou com outras iniciativas em paralelo: além do Plano Marshall (acima referido) para a reconstrução da economia do Atlântico, distingue-se ainda o programa discreto de apoio às forças democráticas dos Estados europeus (Telo, 2009).

Assim, a OTAN surge como uma organização que tem o mar como elemento de ligação entre os seus dois pilares: o pilar americano e o pilar europeu (Alves D. B., 2019). É um caso *sui generis* no mundo sem condições de poder ser replicado na região da Ásia-Pacífico, por exemplo. Mesmo antes de 1919 e numa altura em que os EUA ainda estavam longe de entrarem em qualquer das duas guerras mundiais, o Atlântico já era visto como sendo de importância crucial para a sua defesa estratégica com ilhas como as dos Açores, a Gronelândia ou a Islândia a constituírem os limites do seu espaço de defesa avançado. Consequentemente com o fim da II GM tinham decidido transformar o seu interesse permanente numa presença permanente através de uma rede de bases militares ao longo do oceano e da Europa (Sá, 2016).

3.2 Evolução

Desde o momento da sua fundação até aos dias de hoje, a OTAN mantém-se credível, organizada e com capacidade de sustentar a sua razão de existência. Obviamente que sofreu uma grande evolução (o ano de 1949 não é o ano 2020) que pode ser observada segundo vários ângulos de perspectiva possíveis. O mais clássico e frequente diz respeito ao seu modelo orgânico³⁰ tanto no plano das estruturas militares e civis, como no que respeita ao ordenamento das forças e dos recursos que lhe são disponibilizados. O outro modelo de análise surge numa ótica política e estratégica e tem em conta os sucessivos alargamentos³¹ e a evolução do conceito estratégico da aliança³² (Pinto L. V., 2016).

Finda a Guerra Fria, assim como o Pacto de Varsóvia e o consequente desmembramento da URSS, a aliança perdeu o seu principal motivo de existência. Ou seja, a sua entidade passa a ser justificada para outra finalidade dando origem a uma nova reformulação de tarefas e responsabilidades.

Deste modo, além da defesa coletiva dos seus EM, a OTAN passou também a sentir a necessidade de garantir a paz e a estabilidade na área euro-atlântica³³ uma vez que se verificava uma clara expansão de ameaça. Neste contexto, a aliança sofreu uma reforma estrutural onde redefiniu novas tarefas no âmbito da gestão de crises e das operações de apoio à paz para além de continuar a assegurar as responsabilidades de defesa fundamentais. No entanto, não excluiu o seu principal objetivo: a defesa mútua dos EM (Leitão, Freitas, & Costa, 2009).

A OTAN passou então de uma organização de defesa coletiva regional, muito centrada no espaço europeu e atlântico, para uma organização com interesses globais, fruto

³⁰ Como demonstrado no Anexo G - Evolução estrutural da OTAN.

³¹ É possível identificar uma preocupação de ajustamento e boa resposta às circunstâncias das diversas épocas.

³² Partiu de conceitos puramente militares para conceitos muito mais abrangentes, inscritos na visão ampla da segurança, assumindo a pluralidade das dimensões da ação estratégica contemporânea e abertos ao conhecimento e debate da opinião pública.

³³ Reflexo desta mudança de ambiente, a alteração do conceito estratégico da aliança, aprovado em Washington (24 abril 1999), na Cimeira que comemorou os 50 anos da OTAN, considerou também as ameaças colocadas por Estados falhados, a proliferação de armas de destruição massiva e outras ameaças transnacionais tais como disputas étnicas ou religiosas (Leitão, Freitas, & Costa, 2009).

da influência do processo de globalização nomeadamente nas questões estratégicas e de segurança. O acento tónico desta aliança não se situa neste momento no inimigo soberano da Guerra Fria, mas sim nos riscos inerentes que a lei da reflexividade multiplica. A sua evolução, com o propósito de se manter uma organização de segurança externa apoiada pela disposição de uma força tranquila e de segurança interna pelo compromisso com o desenvolvimento sustentado, parece ser melhor aceite e mais credível do que uma progressiva transformação desapojada e frágil baseada em unilateralismos sem futuro. Ou seja, tornou-se mais plausível reconhecer que a segurança desenvolvida em torno do Atlântico Norte, cuja justificação foi desaparecendo, agora se foque e se estenda mais para Sul deste oceano (Moreira A. , 2000).

Contudo, uma aliança que fora criada com uma finalidade e que sofre uma transformação “quase radical” colocou a descoberto um conjunto de vulnerabilidades da OTAN de que destacamos duas: a falta de consenso sobre a interpretação das novas realidades de segurança, nomeadamente as novas ameaças e riscos, e uma falta de capacidade (política, de recursos e de vontade) para gerir situações mais exigentes (Serronha, 2010).

Pode-se então dizer que a génese da OTAN teve como finalidade adotar uma estratégia de contenção da ameaça soviética, na década de 1960, alterou-se por forma a garantir uma resposta flexível e no final da Guerra Fria justifica-se pela necessidade de estabilização da periferia da Europa. Já no período pós 11 de setembro dever-se-ia ter procedido a uma revisão da estratégia aliada para se adequar ao novo contexto estratégico que a crise interaliada sobre o conflito do Iraque não permitiu.

3.2.1 A Evolução Política e estratégica – do 11 de setembro à Cimeira de Varsóvia

O paradigma político e estratégico altera-se após este acontecimento. O clima de segurança mundial é alterado³⁴, o tema das ameaças assimétricas surge como principal assunto a ser discutido e é perante estes factos que se inicia uma nova etapa para a aliança,

³⁴ São descobertas novas armas como, neste caso, aviões comerciais cheios de combustível e pessoas que, genericamente, constituem ameaças terroristas, estando agora o espaço aliado ameaçado por estes ataques, com capacidade de os diferir nos EUA ou em qualquer outro espaço do Tratado ou externo.

sendo necessário proceder a uma nova reorganização e reformulação das suas linhas de ação³⁵ quer a nível político, como militar uma vez que com o fim da Guerra Fria desapareceu a principal razão da sua existência (Santos E. , 2008).

No ano de 2010 a aliança define o atual Conceito Estratégico para a Segurança e Defesa resultado do que se tem vivido – a OTAN atravessa neste momento uma fase de evolução com a finalidade de definir novas linhas de atuação, justificando-se pela necessidade de atualização a fim de fazer face a novos desafios /ameaças com novas capacidades e parceiros³⁶.

Complementando, define-se ainda três tarefas nucleares com vista a direcionar as suas ações (NATO, 2010, pp. 7-8):

- Defesa Coletiva: com a garantia que todos os membros iriam sempre apoiar-se mutuamente contra qualquer tipo de ataques, de acordo com o artigo 5º do seu tratado fundador;
- Gestão de Crises: uma vez que a Aliança apresenta uma capacidade política e militar única de controlar as crises - antes, durante e após o conflito;
- Segurança Cooperativa: comprometendo o envolvimento ativo na segurança internacional através de parcerias com outras organizações internacionais e outros países.

O efeito da referida reestruturação apresenta um balanço bastante positivo e a expressão “*Keeping NATO strong*”³⁷ proferida por, (Stoltenberg, 2015) espelha este sentimento como incentivo de manutenção uma vez que a aliança enfrentava novamente

³⁵ Das quais se pode referir: um novo alargamento de países integrantes na Aliança Atlântica; o estabelecimento de medidas para uma melhoria na capacidade de combate das forças aliadas; a criação de uma força conjunta para uma rápida intervenção; uma reestruturação militar, para alcançar o novo espectro de missões aliadas (Santos E. , 2008).

³⁶ Desta forma, os Chefes de Estado dos países membros da Aliança comprometiam-se a: defender as suas nações e cidadãos; prevenir crises, controlar conflitos e estabilizar situações após-conflito, trabalhando lado-a-lado com os seus parceiros internacionais, principalmente a ONU e a UE; oferecer um papel mais ativo aos seus parceiros a nível político, atribuindo-lhes um papel importante na liderança das operações da OTAN; criar condições para se desenvolver um mundo sem armas de destruição maciça; manter aberta a possibilidade de novas democracias europeias integrarem a Aliança, uma vez que um dos seus objetivos é contribuir para uma Europa livre e em paz; continuar a reformular a sua maneira de atuar, por forma a permanecer uma Aliança eficaz e flexível, contribuindo para a segurança dos seus membros (NATO, 2010).

³⁷ Primeiras palavras do relatório da OTAN em 2014 (Stoltenberg, 2015).

outras dificuldades nomeadamente causadas pela instabilidade a Sul do Iraque e na Síria e com a anexação da Crimeia pelos Russos, acontecimentos que poderiam influenciar a paz e segurança no espaço aliado e em todo o mundo.

Fruto destes acontecimentos, decorre em Gales um nova Cimeira (setembro de 2014) na qual, além de se reafirmar o comprometimento definido pelo CE de 2010, são tomadas outras decisões³⁸ no sentido de preparar os face aos novos desafios de segurança (NATO, 2014).

3.2.2 A Evolução Política e estratégica – Pós Cimeira de Varsóvia e perspetivas futuras

A Rússia voltou a tornar-se uma ameaça e considera-se a possibilidade de uma nova corrida ao armamento, algo que seria muito indesejável.

Neste sentido a Aliança procura preparar-se para uma Rússia mais assertiva e ao mesmo tempo mitigar a ameaça terrorista através da adoção de uma postura de dissuasão e de defesa e projetar estabilidade além-fronteiras. Estes foram os dois principais pressupostos que se debateram na Cimeira de Varsóvia (Pinto S. , 2017, pp. 41-45) que decorreu em julho de 2016 e onde foi uma vez mais reafirmado o comprometimento pelos chefes de Estado em atingir a meta estabelecida no CE de 2010. Além disso decide-se retomar o diálogo político e diplomático com Moscovo a fim de evitar possíveis desentendimentos futuros de ambas as partes³⁹.

Este novo cenário levou a uma reformulação quanto ao espectro de ameaças. As forças deverão assim estar preparadas para os diferentes desafios e com a capacidade de atuar em cenários de guerra híbrida; cibernética; nuclear, biológico, químico e radiológico

³⁸ Destaca-se a aprovação do Plano de Ação de Prontidão, para a segurança do espaço aliado e as suas fronteiras. Este plano estava dividido nas Medidas de tranquilização (*Assurance measures*): que definiam a necessidade de uma contínua presença militar naval, aérea e terrestre, na região da aliança a Leste, através de frequentes exercícios e operações militares, com base rotacional, e Medidas de Adaptação (*Adaptation measures*): de prazo mais alargado, objetivava uma mais célere capacidade de resposta das forças aliadas a crises súbitas. Neste sentido, estas medidas pretendiam aumentar a prontidão da *NATO RESPONSE FORCES*, através do desenvolvimento de forças com capacidade de se movimentarem rapidamente e responderem a eventuais crises e ameaças (NATO, 2014).

³⁹ “A Rússia é parte do problema, mas também é parte da solução”, conforme referiam alguns Chefes de Governo (Pinto, 2017, citado por Esteves, 2018).

etc. Paralelamente, a OTAN está a desenvolver capacidades no sentido de garantir uma otimização do conhecimento situacional através de uma troca de informação em tempo real, possibilitando uma resposta rápida a possíveis ameaças uma vez que os aliados preveem que as atividades por parte da Rússia se alarguem para o Mediterrâneo⁴⁰ e Atlântico Norte. Além disto, constata-se o desenvolvimento por parte dos mesmos quanto à defesa aérea, submarina e mísseis de longo alcance o que, perante uma eventual crise, pode destabilizar a liberdade e a paz que a OTAN defende e para a qual foi criada (NAC, 2017) exigindo rapidamente a adaptação a estas novas circunstâncias.

Surge, portanto, como resposta o reforço do treino em operações e a capacidade de combate, adaptar e fortalecer os elementos chave⁴¹ e a necessidade de aumentar o orçamento da defesa de cada país. Salienta-se que, de facto, desde 1979 (com a invasão do Afeganistão) até 2014 (com anexação ilegal da Crimeia) denota-se a falta de intencionalidade em atingir diretamente a aliança (Correia, 2018 citado por Esteves, 2018).

Ainda de destacar que devido a esta transformação e evolução verificada, permitiu um melhor relacionamento, respetiva colaboração e consenso entre os EM. Com isto, a OTAN tornou mais favorável o processo económico e político das comunidades, não apenas pela garantia de segurança e de paz, mas também pela prática e exemplaridade do respeito recíproco e da legalidade com padrões invioláveis do Direito Público Internacional (Enes, 2010).

3.3 Entrada de Portugal na aliança e respetiva participação

Portugal manteve-se neutro na II GM, esteve afastado do reordenamento internacional no pós-guerra, mantinha um regime político autoritário à data de 1949 mas, de facto, estes pressupostos não constituíram qualquer impedimento na adesão à OTAN⁴² uma

⁴⁰ Especialmente no lado oriental, onde passa o apoio militar para o confronto na Síria.

⁴¹ Antecipação estratégica e a capacidade de Comando e Controlo através da capacidade de *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (Informações, Vigilância e Reconhecimento).

⁴² A OTAN tinha como suporte basilar o princípio da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito, poderia levar-nos a pensar quais teriam sido os fortes argumentos dos EUA (Teixeira, 1999).

vez que o que mais interessava aos EUA era poder contar com o arquipélago dos Açores “o regime Português só era tolerado e até protegido sobretudo pelos poderes do Atlântico, sendo evidente que a razão por que isto sucede se resume numa palavra: Açores” (Telo, 1996). Ou seja, foi a importância geoestratégica e geopolítica deste arquipélago que esteve na origem do convite endereçado a Portugal para fazer parte da aliança Atlântica como se pode facilmente comprovar através da análise de vários documentos diplomáticos norte-americanos dessa altura (Andrade L. , 2015). Tome-se como exemplo o bloqueio de Berlim, a guerra de Yom Kippur e a guerra do Golfo onde se constata exatamente que os Açores se constituem fundamentais para a projeção de poder por parte dos EUA para aquelas regiões do mundo⁴³.

De acordo com Teixeira (1999), é sem dúvida na união destes pilares estratégicos que a inclusão de Portugal faz todo o sentido pois só assim é que todo o sistema poderia funcionar corretamente, tornando-se Portugal no elo de ligação entre a frente e a retaguarda. Assim na nossa opinião, e não fugindo à regra, a verdadeira razão do convite a Portugal para fazer parte da OTAN é de índole geopolítica e geoestratégica.

Visto do ponto de vista interno, também Portugal teve interesse em entrar na OTAN. Segundo Medeiros Ferreira, o que teve maior peso na decisão de Salazar foi o facto de uma inclusão de Portugal levar a uma exclusão de Espanha⁴⁴ da aliança Atlântica, e por outro lado, colocar Lisboa numa posição privilegiada de interlocutor num quadro extrapeninsular, ou seja, foi uma questão de política externa o principal fator que levou Portugal a aderir à OTAN (Ferreira, s.d.).

Já de acordo com a perspetiva de Teixeira (1999), o que levou Portugal a aderir à OTAN foi essencialmente devido à “... margem de manobra da política externa portuguesa ser pequena e a capacidade de alternativa quase nula.” Além disto, a crescente ameaça (global) soviética que se perspetivava ser longa, obrigava Portugal a tomar uma posição, uma vez que em situação de conflito muito provavelmente não se respeitariam neutralidades e Portugal sendo um pequeno país com um escasso recurso bélico seria com certeza um país

⁴³ Como se pode observar no Anexo F - Relação entre a posição geográfica dos Açores e as rotas de projeção de poder.

⁴⁴ O facto da Espanha se manter fora ou desligada da estrutura militar da OTAN, favoreceu ainda mais Portugal pelo facto de reunir condições para ser o aliado mais seguro da potência marítima na região (Martins J. , 1991).

arrastado para a guerra sem capacidade de resposta. Neste caso seria pior não pertencer à aliança uma vez que não teria potencial de combate suficiente (Pereira, 2006).

Por outro lado, para Telo (1996, p. 86), existem duas justificações muito plausíveis, que levaram Salazar a aderir à OTAN: "... uma aproximação política com os EUA, coisa que o regime não conseguiu nas negociações sobre os Açores e obter a ajuda necessária para concretizar a política de defesa que o regime prossegue desde 1935".

Um outro aspeto que influenciou muito de forma positiva foi o facto de o tratado não prever uma perda da soberania nacional dado que Portugal estava carente de apoio económico e financeiro dos EUA. Ou seja, uma recusa de Portugal à entrada na OTAN poderia colocar em causa esses mesmos apoios financeiros. Assim, esta adesão representava um "mal necessário", tendo levado muitas vezes o regime a hesitar antes de tomar a posição final (idem). Também o ministro Português Caeiro da Matta proferiu uma frase aquando da assinatura do tratado que dá a conhecer o grau de importância que o governo Português dá agora a esta organização: "o meu país acedendo ao convite que lhe foi feito para tomar lugar entre as nações participantes, originárias, do Pacto do Atlântico Norte, não atendeu – posso bem afirmá-lo – ao aspeto exclusivo da sua própria segurança: fê-lo talvez mais ainda pelo reconhecimento da necessidade de trazer a sua cooperação a este grande empreendimento..." (Carvalho, 1953, citado por Marques, 2008).

A decisão final foi o resultado de uma lenta e progressiva "guerra" na qual foi necessário ultrapassar diversas "batalhas". Com isto, o governo consciencializou-se que este seria o rumo certo tendo em atenção o contexto internacional extremamente perigoso para a Europa e para o mundo. Após três dias de reuniões de Conselho de Ministros, Lisboa decide aderir ao Pacto do Atlântico, não porque fosse uma convicção ou um desejo, mas sim uma necessidade (Marques, 2008). Oliveira Salazar diz no seu discurso na Assembleia Nacional uma frase bem elucidativa de como os argumentos apresentados pelos defensores à adesão eram extremamente fortes: "Pareceu difícil em tais circunstâncias estarmos ausentes" (Pereira, 2006, p.366).

Em contraste com os dias de hoje, Marcelo Rebelo de Sousa refere que "Portugal tem vivido em democracia sempre considerando a Aliança Atlântica como uma das coordenadas essenciais da sua visão do mundo e da sua política externa. Mudam os presidentes, a composição do Parlamento, os primeiros-ministros e os governos e essa coordenada permanece firme, sólida, constante, inquestionável" (Sousa M., 2019).

Atualmente, a participação de Portugal na OTAN, enquanto membro fundador, constituiu um elemento de relevância central, quer no plano interno quer no plano externo.

No plano interno, constituiu primeiro um dos momentos importantes da política externa do Estado Novo e, mais tarde, é determinante na transição e consolidação da democracia portuguesa. Abrange também a vertente militar através da já referida transformação e modernização das FA portuguesas através da renovação de doutrinas, métodos e capacidades no sentido da harmonização, interoperabilidade e trabalho cooperativo entre os diversos membros da Aliança (Teixeira, 1999).

No que toca ao plano externo, a adesão a esta Aliança contribuiu de forma bastante influente para a afirmação de Portugal enquanto Estado responsável e produtor de segurança internacional. Foi com a OTAN que Portugal quebrou a tradição que tinha desde o final da I GM de não intervenção no continente europeu⁴⁵. Desde então, Portugal marcou uma presença constante e com elevado grau de empenhamento nas missões (terrestres, aéreas e navais) da Aliança Atlântica, não só na Europa como na Ásia, no Mediterrâneo e em África (idem).

3.4 A OTAN atualmente

A OTAN "soube ajustar-se aos terrorismos sem Estado e com Estados de apoio, soube entender os novos desafios do leste europeu, soube perceber a ciberestratégia em explosão, soube adquirir sensibilidade a questões comerciais, energéticas e às alterações climáticas, soube finalmente assumir uma visão a 360 graus⁴⁶", virada também para África, "soube começar a valorizar o Atlântico como um todo", referiu o Presidente da República (Sousa, 2019). "É verdade que demorou às vezes tempo de mais a atingir essas perceções, mas chegou lá e 70 anos depois reganha todo o sentido e é muito atual", sendo crucial para isso a relação entre os dois lados do Atlântico. Sublinhando que "a Aliança Atlântica e a OTAN e a sua expressão militar, continuam vivas, importantes e determinantes." No atual

⁴⁵ Portugal participou em missões internacionais nos Balcãs, nomeadamente IFOR/SFOR (Bósnia) e KFOR (Kosovo) (Teixeira, 1999)

⁴⁶ Ver

quadro da "estratégia transatlântica", o Presidente da República garantiu que "Portugal não mudou", já que "viu muito cedo o que outros só veriam mais tarde" e porque "continua a ter os seus valorosos militares prontos e eficazes" para intervirem onde for necessário (idem).

Ao longo da sua história a OTAN sobreviveu com sucesso a vários momentos de crise das quais está incluída a Guerra Fria⁴⁷. Com o final deste período, a aliança é obrigada a uma adaptação permanente e tem-no conseguido, demonstrando como é relevante para todos os seus membros. Articulou-se com outros projetos, porque nenhum, de forma isolada, garante a segurança ou defesa globais (Azeredo Lopes & Santos Silva, 2018), modificou os seus objetivos, alargando-se a outros Estados europeus democratizados, outrora sob a órbita soviética numa corrida demasiado frenética de exploração do sucesso para as fronteiras da Rússia; e admitiu a sua intervenção fora de área, ou seja, fora do espaço geográfico original europeu Atlântico e da América do Norte (Santos J. L., 2011), uma vez que o mundo que lhe é circundante já não exhibe o perfil do inimigo que estava na sua origem mas sim, uma tensão que teve no terrorismo global a expressão armada mais ameaçadora conhecida recentemente, potenciando-se com a inovação tecnológica e científica (Moreira A. , 2000).

Comparando os dias de hoje à altura da sua génese, as dimensões essenciais da comunidade transatlântica permanecem inalteradas: a comunhão dos valores da democracia, da liberdade e do primado do direito e a indivisibilidade da segurança dos Aliados. São estes os fundamentos permanentes da Aliança Atlântica, embora no contexto contemporâneo, a crise internacional seja marcada pela incerteza, pela volatilidade e pela rapidez das mudanças que segundo Teixeira (2009) pode ser analisada segundo algumas vertentes:

⁴⁷ A OTAN, finda a Guerra Fria, deve tentar adaptar a sua estrutura militar a uma situação profundamente modificada (Andrade L. , n.d.). Houve uma transformação radical das condições estratégicas, quando a simplicidade e a previsibilidade da Guerra Fria foram substituídas pela complexidade e pela multiplicação dos riscos e das ameaças, convencionais e não convencionais, simultaneamente transnacionais, estatais e sub-estatais (Teixeira, 2009).

- Ao nível transnacional: criminalidade organizada; tráficos ilícitos, ações de grupos terroristas, incluindo ciberterrorismo, proliferação de armas de destruição maciça e pirataria internacional;
- Ao nível estatal: perturbadores internacionais, incluindo Estados fora-da-lei e Estados falhados, que lutam contra as democracias, procuram obter armas de destruição maciça e apoiam grupos terroristas;
- Ao nível sub-estatal: inúmeros conflitos violentos, guerras civis e aparecimento de Estados falhados que representam, direta e indiretamente, uma ameaça à segurança e estabilidade internacionais.

Perante o exposto, pode afirmar-se que atualmente a segurança dos Estados garante-se muito para além das suas fronteiras geográficas, através das medidas de contenção de ameaça, de dissuasão e de estabilidade nas fronteiras regionais e nas áreas de interesse estratégico. É essa a tarefa corrente da OTAN e é sobre esta que se tem desenvolvido um processo de transformação no sentido de se adaptar à nova realidade e de se capacitar para responder aos novos desafios.

De acordo com o mesmo autor, esta aliança, tem desenvolvido um importante processo de transformação centrado não só nas questões geográficas, mas também na adequação da estrutura institucional às políticas e missões definidas⁴⁸ (Teixeira, 2009) que se reflete na sua organização interna de alguma complexidade, quer ao nível militar quer na sua componente civil, em que se inserem o Conselho do Atlântico Norte⁴⁹ e o Secretariado, uma componente militar vasta (não integrada pela França e pela Espanha) e ainda a participação de agências e outras organizações (Gonçalves, 2015).

Volvidos 70 anos da sua existência, a OTAN passou de uma organização de defesa coletiva regional muito centrada no espaço europeu e atlântico para uma organização com interesses globais, fruto da influência do processo de globalização, nomeadamente nas

⁴⁸ Foi no seu início com a adoção da estratégia de contenção da ameaça soviética, na década de 1960 com a estratégia da resposta flexível, no final da Guerra Fria, com a necessidade de estabilização da periferia da Europa e deveria ter sido, no pós-11 de Setembro, com uma revisão da postura estratégica aliada para se adequar ao novo contexto estratégico, que a crise interaliada sobre o conflito do Iraque não permitiu (Serronha, 2010).

⁴⁹ O conselho do Atlântico Norte é composto pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros ou da Defesa de cada País, consoante o caso, e que é a entidade de Direção Superior.

questões estratégicas e de segurança⁵⁰ (Serronha, 2010). Consequência destas alterações que levantam algumas fragilidades tornou-se fulcral que esta aliança se mostre cada vez mais preparada para a sua vocação a 360 graus: enfrentando as novas ameaças híbridas e, em particular, o terrorismo transnacional seja ele o das infundáveis variações da Al-Qaeda, do Oriente ao Mali, seja o Daesh agora derrotado, mas apenas no plano militar mais clássico e nunca perdendo de vista o Atlântico, o qual requer hoje uma atenção renovada e exigente (Azeredo Lopes & Santos Silva, 2018), tudo porque a aliança que se fundou em 1949 com os 16 EM para conter a ameaça soviética em ambiente que viria a ser de destruição maciça e global, hoje mudou completamente de natureza e já não corresponde ao seu conceito clássico de génese talvez porque até ao 11 de setembro viveu-se perante um inimigo comum ausente (Moreira A. , 2000).

Presentemente a relevância desta organização continua a acentuar-se. A sua evolução de uma mera aliança militar para uma comunidade de segurança transatlântica atenuou o dilema de segurança entre os Estados vizinhos europeus e confirmou os Estados Unidos como o "pacificador da Europa" (ocidental) em tempo de paz. Esta aliança além de ter resistido a muitos períodos conturbados da sua história, de se ter alargado a novos EM e adaptado estrategicamente ao pós-Guerra Fria, tornou-se um dos pilares mais sólidos da ordem internacional liberal e do alargamento do seu enquadramento político-normativo (Daehnhardt, 2019), porém, no ano de 2019 em que se comemorou o 70º aniversário verificaram-se algumas crises devido à incapacidade das organizações internacionais "para resolverem algumas questões" e face ao "engrossamento das correntes nacionalistas", a "defesa coletiva" e as "relações transatlânticas" ficam fragilizadas, o que diminui o papel desta aliança. "Esses dois movimentos contraditórios [incapacidade das organizações internacionais e aumento dos nacionalismos] debilitam não só a OTAN, mas todas as estruturas internacionais (Bacelar, 2019).

⁵⁰ A OTAN mantém-se fundamental como aliança de defesa coletiva, contra ameaças de natureza variada, como agressões territoriais e ataques de cibersegurança, assim como aliança contra o terrorismo internacional e ameaças híbridas.

3.5 A Aliança Atlântica à luz da Teoria das RI: Corrente neo-liberal vs neorealista

“Uma Aliança vitoriosa não é destinada a sobreviver às condições que a viram nascer”
(Montgrenier, 2007).

Kenneth Waltz, neo-realista, surpreendeu-se quando viu a OTAN resistir ao desaparecimento daquilo que tinha sido o denominador comum para a sua gênese: o colapso da URSS, uma vez que a observava como uma aliança militar tradicional. Segundo a sua visão, esta aliança sobreviveu devido a três fatores. O primeiro, assenta na fraqueza que residia sobre os Estados Europeus quanto à segurança e defesa e à respetiva incapacidade de desenvolverem uma verdadeira política externa conjunta. Assim, a Aliança seria um fator preponderante e complementar. Segundo, a OTAN baseia-se nos interesses dos EUA que assumem a liderança e não numa dependência mútua característica das alianças tradicionais. Por fim, o terceiro fator que explica a institucionalização da Aliança Atlântica corresponde à burocratização da cooperação político-militar e na legitimidade e recetividade de que beneficia no âmbito da política americana (Waltz, 1998).

Contrariamente à visão anterior, Keohane, autor de referência da corrente neo-liberal, também reflete acerca da evolução da OTAN. Este, não observa esta aliança como um instrumento à mercê dos Americanos, mas acredita que a transformação que se verificou deve-se a um manifesto unânime das potências ocidentais de juntarem as suas capacidades militares e de concordarem as duas políticas a fim de atingirem objetivos comuns. Esta teoria, utiliza o modelo estrutural da OTAN durante o período da Guerra Fria para demonstrar como esta Aliança soube sobreviver, adaptando-se através dos vários acordos e negociações com os EM (Martin e Simmons, 1998).

Capítulo 4

O arquipélago dos Açores e os objetivos da OTAN

O Tratado do Atlântico Norte consagrou três grandes objetivos: a dissuasão do expansionismo soviético, o impedimento de uma nova vaga de nacionalismo militar na Europa, através de uma forte presença norte-americana, e o encorajamento da integração política europeia (Alves C. , 2019), dos quais e de uma forma implícita também se destacaram os seguintes: a criação de um comando integrado das forças armadas ocidentais (Europa Ocidental, EUA e Canadá); padronizar os sistemas de armamentos das nações ocidentais; em função de uma defesa comum, prover a Europa Ocidental de uma proteção norte-americana em relação à defesa com o propósito de um melhor aparelhamento de guerra por parte dos EUA e, ao mesmo tempo, dificultar a proliferação de armas nucleares entre os países europeus (Bardine, 2016).

Volvidas algumas décadas, a OTAN conseguiu efetivamente materializar os seus propósitos: contribuiu para a contenção de possíveis agressões soviéticas e incorporou a Alemanha ao sistema de defesa ocidental. Com o colapso do bloco socialista, atravessou-se uma crise de identidade sobre o papel efetivo associado a esta aliança que após um certo tempo de indefinição, desafios, evolução e adaptação, a entidade descobriu um novo papel – funcionar como organismo de segurança europeia restabelecendo os seus objetivos para os seguintes e que atualmente se encontram em vigor: preservar os direitos humanos no continente europeu; congregar os países da Europa Oriental e ex-membros do Pacto de Varsóvia visando conter um futuro e eventual expansionismo russo; criar “parcerias pela paz”, ou seja, integrar a Rússia como um dos eixos da manutenção do equilíbrio europeu sem fazê-la membro da organização. Hoje, diplomatas e militares russos participam nas reuniões da OTAN, sem direito a propostas ou voto, mas desempenhando o papel de observador. (idem).

4.1 Os Açores e as Relações Transatlânticas

«Os Açores tanto podem ser encarados como ponto de articulação entre as margens do Atlântico, ou como marca de uma defesa avançada norte-americana. A história da I e da II Guerras Mundiais é fértil na ilustração dessas diferentes situações estratégicas do arquipélago dos Açores. Em termos futuros é possível que a emergência de uma defesa europeia venha introduzir mais uma variável na importância estratégica dos Açores.»
(Ferreira, 1988)

As relações transatlânticas podem-se analogamente comparar a uma moeda de duas faces: de um lado, a OTAN e do outro a relação bilateral entre Portugal e os Estados Unidos. Nesse sentido parece-nos útil que as duas “andem bem” pois isso é fundamental para assegurar a nossa segurança e defesa nacional (Serronha, 2010).

É sabido que, desde cedo, os Açores suscitaram interesse às mais altas esferas políticas e militares americanas⁵¹ uma vez que a sua utilização poderia conferir uma vantagem estratégica para estes, quer no contexto da sua génese⁵², mesmo pouco se sabendo ainda sobre a entrada efetiva dos Estados Unidos na guerra (Bispo, 1993, p.109), quer no contexto atual⁵³ que, independentemente dos discursos norte-americanos sobre a importância (maior ou menor) dos Açores para a sua estratégia, é certo que continuam a ser importantes⁵⁴ seja para a projeção de forças para vários teatros de operações: Europa, Ásia

⁵¹ Foi a partir de 1917 com a intervenção americana na Grande Guerra que os EUA equacionaram projetar poder na direção do continente Europeu. A dificuldade seria lá colocar cerca de dois milhões de homens em pouco tempo. Neste contexto, Washington pretende criar uma base naval neste arquipélago.

Mais tarde o desejo americano passava por alcançar o uso ativo dos Açores, esta ambição era de tal ordem que se transformou no principal vetor de relacionamento bilateral com Portugal chegando inclusive, em 1943, uma proposta americana em que garantia a não interferência nos assuntos das colónias Portuguesas, o primeiro compromisso deste tipo que assumiam a nível internacional (Telo, 2010).

⁵² Foram principalmente considerações de defesa no decorrer da II GM, e mais tarde, ainda no quadro da aliança Atlântica que ditaram o aprofundamento destas relações bilaterais. (Bairos, 2010).

⁵³ Não obstante à atual deslocalização das ameaças mais prováveis para outras regiões além do Atlântico, não se prevê que os EUA prescindam das facilidades proporcionadas pelos Açores – Base das Lajes, cuja utilidade poderá ser sustentada pela imprevisibilidade dos perigos e pela necessidade de ter ao seu dispor de através desta, apoios logísticos (Bairos, 2010). No plano estratégico e militar, de acordo com o professor Luís Andrade, a relevância de Portugal – e dos Açores – mantém a sua atualidade como projeção de poder dos EUA (idem).

⁵⁴ Esta afirmação encontra-se explicita no *Memorandum* (NSSM 221) que avalia o significado político e militar da base açoriana das Lajes bem como a sua importância para a segurança quer da UE quer da OTAN

Central e África do Norte ou para a defesa do Atlântico Norte e, conseqüentemente, dos EUA. Portugal deverá então alavancar junto destes as suas vantagens estratégicas, mas é também importante que os Estados Unidos reconheçam validade na Aliança para a prossecução dos seus interesses (idem).

Num contexto contemporâneo, Portugal tem perdido algum poder de negociação nomeadamente quando comparado com o período da Guerra Fria. Segundo a perspectiva de Moreira (1979), neste momento, o poder funcional de Portugal enquadra-se segundo duas óticas: por um lado, na imprevisibilidade da vida internacional e, por outro, no facto de o nosso país ter os seus dois arquipélagos atlânticos, designadamente os Açores, que lhe concede ainda algum poder de negociação internacional (Andrade L. , 2015).

Em jeito de conclusão, importa referir que ainda no âmbito das relações transatlânticas e analisando segundo estas duas perspectivas, Portugal é um Estado útil e relevante:

- A nível marítimo – A importância das matérias-primas fez com que a política seguida pela aliança assentasse principalmente no controlo do abastecimento e não na posse de recursos naturais. Sendo o petróleo um recurso indispensável nas sociedades atuais, e se tivermos em conta que parte considerável das reservas se situam na zona do Médio Oriente, e que estas, para chegar aos EUA em especial e à Europa, necessitam de cruzar o Atlântico. Os Açores assumiriam assim grande significado, não tanto do ponto de vista operacional, para os EUA e para a Europa, mas ao nível estratégico para o controlo da parte Norte deste mar a fim de garantir a livre circulação do comércio marítimo (Romeiro, 2004). “O oceano Atlântico está intimamente ligado à civilização Ocidental. Foi através dele que ela (Europa) se fortaleceu e difundiu. Hoje constitui pedra basilar da sua defesa” (Moreira & Cardoso, 1992).

- A nível aéreo – Portugal é em termos de controlo de espaço aéreo uma superpotência por ter a seu cargo uma das maiores regiões de voos do mundo com mais de

e cujo resultado reflete a sua preponderância estratégica, embora esta já não fosse classificada como “prioridade um” face à conjuntura da altura (Ferreira, 2010).

6 milhões de quilómetros quadrados (62 vezes o território nacional). Destaca-se, portanto, a importância dos Açores neste âmbito (Ramos, 2012, citado por Soares, 2012).

4.1.1 O Acordo Militar para a utilização das Ilhas

Num período anterior à criação da OTAN, referimo-nos mais propriamente ao ano de 1947, os EUA efetuaram várias tentativas de realizar um acordo com vista à sua permanência nos Açores em tempo de paz, o que lhes traria bastantes vantagens face à prossecução da estratégia norte-americana dada a posição determinante geográfica dos Açores numa área central do oceano Atlântico (Telo, 1993).

No final da II GM os militares americanos passam para as Lajes na ilha Terceira, onde teriam livre circulação até ao ano de 1947 (altura esta em que os ingleses, tal como acordado anteriormente deixam o arquipélago⁵⁵) e ainda a possibilidade de manter um número indeterminado de técnicos que deveriam ir sendo substituídos por técnicos portugueses.

Um pouco mais tarde, mais propriamente nos anos de 1949/1950, os Açores foram classificados como vitais dada a sua privilegiada posição geográfica. Esta relevância traduz-se na capacidade de apoio no transporte aéreo quer a nível militar como civil e no papel importantíssimo que teve a nível das comunicações através destes meios.

Contudo, apesar do relevo dos Açores e da fundação da OTAN, a relação entre Portugal e os EUA continua num impasse de não-aceitação, por parte de Portugal, de bases militares estrangeiras em território nacional em tempo de paz. Desta forma, os EUA tentam uma nova abordagem. Argumentam que não só os EUA necessitam de bases nos Açores em tempo de paz, mas essas mesmas, futuramente, viriam a ser unidades aeronavais

⁵⁵ No final da II GM, a maioria das forças britânicas abandonaram a ilha, mas, por pressão dos norte-americanos, ficou na Base das Lajes um contingente britânico destinado a garantir o acesso norte-americano à estrutura. Apenas a 6 de outubro de 1946 os militares ingleses saíram da ilha, realizando-se nesse dia uma cerimónia de transferência do controlo da base para os militares portugueses, com o hastear solene da bandeira portuguesa nas instalações. Nesse mesmo dia, forças norte-americanas instalaram-se na estrutura, nela permanecendo até ao presente (IAC, 2005).

indispensáveis nos planos da OTAN para a defesa da Europa (Telo, 1996). Consequência destas intenções, em 1951 é assinado um novo acordo de auxílio mútuo com o governo americano afluído no âmbito do desejo de fomentar a paz e segurança internacional⁵⁶, seguindo o enquadramento político da Aliança Atlântica e tendo por base a coordenação da utilização dos Açores e respetiva manutenção de forças neste território fortalecendo assim o relacionamento entre ambas as partes intervenientes.

Para os EUA, os Açores nunca foram excluídos como posição militar de apoio à defesa dos Estados Unidos e à salvaguarda da Europa Ocidental, como posto avançado de vigilância e de projeção de forças - “naturalmente que para reduzir este esforço, um ponto de apoio no meio do Atlântico era desesperadamente procurado e esse ponto só podia ser o Arquipélago dos Açores” (Bispo, 1990).

Nesse mesmo acordo, Portugal acaba por se demonstrar muito recetivo e termina por conceder à potência marítima tudo o que ela exige de essencial no espaço português, cedendo quase tudo em troca de pouco (Telo, 1996). Desta forma, os Açores acabam por constituir um elo de apoio essencial na estratégia que a Aliança Atlântica adotou, uma plataforma muito importante para o apoio das operações, bem como uma ajuda preciosa para o controlo do mar nas zonas chave de acesso à Europa e, ainda, uma zona intermediária exclusiva no Atlântico Norte quanto à projeção de poder para locais fora da área da OTAN (idem).

Já por outro lado e segundo um ponto de vista diferente, com este acordo, Portugal conseguiu aquilo que até então ainda não tinha conseguido. Os EUA comprometeram-se secretamente – apenas existia uma troca de notas sobre esse assunto – a que o equipamento da OTAN pudesse vir a ser usado no império português, uma vez que os EUA tinham a última palavra em todas as transferências de armamento a fim da defesa de Portugal continental (Telo, 1993, citado por Almeida C. , 2014). Isto implicou a adoção de uma nova filosofia de equipamentos, uma nova doutrina – baseada na doutrina americana – que se foi implementando e fazendo com que existisse também uma alteração na estratégia estrutural, uma vez que é com este acordo que começam a surgir os novos equipamentos vindos dos EUA (Lemos Pires, 2009, citado por Almeida C. , 2014).

⁵⁶ Ver Anexo E – Excerto Decreto-Lei n.º 38530 de 1951.

4.2 A preponderância da utilização da base das Lajes

A presença dos Estados Unidos com tropas e armamento nesta base iniciou-se com carácter temporário e só mais tarde, após o final da II GM é que passou a definitivo, pois a intenção dos americanos seria manter as capacidades de projeção de poder⁵⁷ e de institucionalizar uma ordem liberal entre os seus aliados.

A importância estratégica em redor desta decisão pode ser analisada segundo duas perceções. Por um lado, os EUA que mantêm interesse neste local e, por outro, o país anfitrião neste caso Portugal, visto como país detentor de uma importância acrescida por ter uma relação privilegiada com a potência dominante a nível mundial (Sá, 2016).

É importante referir que no período pós-Guerra Fria os EUA encerraram duas em cada três bases no continente europeu, o que acabou obviamente por afetar também a Base das Lajes, refletindo-se numa clara redução das operações através da mesma, mas, ao mesmo tempo, reforçou a necessidade de projeção de poder por parte dos Estados Unidos na condução da sua estratégia global. Devemos aqui abrir um parêntesis para mencionarmos o que o professor Adriano Moreira nos ilustra: “o atual poder funcional de Portugal evidencia-se por um lado, na imprevisibilidade da vida internacional e por outro, no facto de possuir dois arquipélagos atlânticos, designadamente os Açores, o que lhe concede ainda algum poder de negociação internacional.” É esse poder (funcional) que continua a justificar o interesse que os EUA demonstram pela manutenção do seu acesso à Base das Lajes nos Açores pese embora tenham vindo a diminuir nos últimos tempos” (Moreira A. , 1979).

Para estes, a Base das Lajes é considerada uma “base-chave” para a projeção de forças dos EUA para outras partes do globo nomeadamente para o Médio Oriente⁵⁸ (Andrade L. ,

⁵⁷ “Nenhum dos tipos e modelos de aviões de combate existentes dispõe de autonomia que permita efectuar o trânsito entre os EUA e a Europa sem reabastecimento intermédio (no solo ou aéreo), duas rotas poderão ser utilizadas ... ” (Adérito, 1980, p. 28)

⁵⁸ “No documento elaborado pelo General Accounting Office (1994) intitulado *Strategic Mobility – Serious Problems Remain in U.S. Deployment Capabilities*, de abril de 1994, das 16 bases consideradas imprescindíveis por parte da Administração norte-americana, seis estavam na Europa e uma delas era precisamente a Base das Lajes.”

2015) que face à complexa evolução da conjuntura geopolítica internacional desde a época até aos dias de hoje, fatores como a globalização e a influência crescente de atores não estatais são cada vez mais preponderantes, pelo que, no que concerne aos Açores e mais propriamente à Base das Lajes, tudo indicia que os norte-americanos

continuarão a utilizá-la mesmo diminuindo a sua presença⁵⁹, significando assim que podem continuar a contar com bases no exterior do seu território, utilizando-as assim que se justifique quer numa situação de crise ou num conflito regional quer tal como já se verificou anteriormente (na guerra do Golfo, na questão da Somália, na crise na ex- Jugoslávia, no Afeganistão no final de 2001, durante o conflito do Iraque e, mais recentemente, na Líbia, Síria, Iémen e para fazer face à problemática relacionada com o autoproclamado Estado Islâmico etc.) tais acontecimentos vieram colocar em evidência essa questão, ou seja, a necessidade por parte dos EUA de utilizarem o apoio logístico da base das Lajes nos Açores. (Andrade L. , n.d.).

Porém, o facto da redução substancial da presença de norte-americanos nesta base, como acima referido, consequência também da atual perda de importância dos Açores, veio demonstrar que Portugal é um aliado descartável assim que deixa de ter interesse para os EUA, corroborando assim a tese de que não existem amigos nem inimigos permanentes, apenas há interesses permanentes (idem). No entanto, as oscilações de interesse por este território não colocam em causa o facto de se constituir como uma base permanente porque, neste caso das Lajes, mais que uma plataforma de projeção de poder, pertence a uma ilha atlântica que constitui a fronteira avançada de defesa americana. Por outro lado, a imprevisibilidade e instabilidade, em regiões vulneráveis como o Médio Oriente, o Norte de África ou o golfo da Guiné podem a qualquer momento renovar a sua importância, devendo a sua capacidade de resposta conservar-se em níveis aceitáveis. Por fim, apesar da perda de relevância verificada no Atlântico Norte em detrimento do Atlântico Sul devido aos recursos que contém ainda por explorar ou no começo da sua exploração e pela estabilidade que oferece um clima favorável a essa exploração deverá voltar a fazer do Atlântico um importante centro de poder.

⁵⁹ Tal como se verificou aquando a Guerra do Iraque, em que a base dos Açores voltou a desempenhar um papel fundamental (idem).

Em suma, as Lajes sobreviveram a todas as convulsões estratégicas do mundo, depois da sua instalação (Medeiros Ferreira, citado por Mesquita, 2012), ainda que o tipo da presença americana sofra variações, o interesse estratégico dos Estados Unidos continuará uma vez que é de carácter permanente para lá de alterações conjunturais ou mesmo estruturais (Sá, 2016).

Para concluir, ficam algumas citações que contribuem para o fundamento da importância desta base, proferidas por altas entidades e que se encontram citadas no painel exposto do museu da Base das Lajes:

- “*We need the base and you need us*” foram as palavras do Secretário de Estado dos EUA – Henry Kissinger, para o MNE de Portugal, Rui Patrício que reproduzem a importância da Base das Lajes nos anos de 1973.
- “A Base das Lajes é vital para a nossa capacidade de manter o nosso compromisso de defesa ... não posso imaginar uma base de maior importância que a dos Açores” (Secretário de defesa dos EUA, Frank Carlucci perante o congresso norte-americano em 1988).
- “A Base das Lajes é um facilitador crucial das operações dos EUA na Europa, África e Médio Oriente, e permanece como posto avançado estratégico no Atlântico para fazer face a ações incrementalmente agressivas dos nossos adversários” (Congressista Devin Nunes, presidente da Comissão dos serviços secretos da Câmara dos Representantes dos EUA em 2016.)

4.3 A Geoestratégia do arquipélago para a consecução dos objetivos da aliança

A Geoestratégia pode ser definida como “o estudo das constantes e variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego, ou ameaça de emprego de formas de coacção, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica” (IAEM, 1993).

A importância estratégica do arquipélago dos Açores “...é mutante, aumenta, diminui ou neutraliza-se na razão direta dos interesses dos atores com capacidade de influência.” (Martins J. , 2005, pp. 141-151).

Com a evolução e sofisticação da tecnologia e consequentemente dos meios de transporte, neste caso das aeronaves com elevada autonomia, a importância destas ilhas para o domínio do Atlântico reduz substancialmente quando comparado com o período da II GM, cuja principal razão foi o monopólio atómico americano que durou até 1949. No entanto, este arquipélago além de menor importância nunca se consubstancia como uma peça menosprezada, pois os EUA sabem que, para manterem uma ponte aérea entre os três continentes, os Açores são vitais e só através deles é que seria possível assegurar a capacidade de uma ofensiva nuclear. Portugal percebe, então, a verdadeira importância dos Açores (Telo, 1993). Dentro da estrutura da NATO, os EUA necessitam de uma ligação com forte relevância geoestratégica que garanta a integração defensiva entre o pilar norte-americano e o continente europeu a fim de consolidarem a sua hegemonia.

Porém, decorrente da alteração do paradigma político-militar após esta era das guerras que assolaram todo o mundo e com a possibilidade da transição do centro do poder do Atlântico para o Pacífico, qual será o papel de um país euro-atlântico como Portugal e consequentemente os Açores nesta nova circunstância? Não deixarão de ser uma plataforma fundamental no novo quadro geoestratégico internacional. Como alude Medeiros Ferreira, é neste arquipélago “que se decidirá a profundidade atlântica da política externa e de defesa da União Europeia” (Mesquita, 2012), o efeito da imprevisibilidade faz sentir ansiedade e insegurança em grande parte sentidos neste espaço euro-atlântico.

No entanto, o objetivo deste subtópico é focar o período após a criação da OTAN e da integração de Portugal como membro fundador da mesma. Iniciaremos com as palavras proferidas pelo Secretário de Estado Dean Acheson⁶⁰ “Portugal tem uma importância vital por causa dos Açores” que desde a data da sua descoberta, em 1427, têm constituído uma importante plataforma oceânica para fins de natureza diversa, como militares, políticos, económicos, científicos e sociais. No entanto, o seu valor não se esgota nestes fundamentos, uma vez que face ao atual contexto cada vez mais interdependente, onde a emersão de atores com interesses absolutamente distintos dos que se conheceu ao longo da história é uma constante e onde a par disto surgem conseqüentemente inúmeros riscos e ameaças⁶¹, de concretização imprevisível, de carácter multifacetado e transnacional, provenientes de várias origens indefinidas e polimorfas, julga-se útil revisitar a importância do arquipélago açoriano, aquilatando do seu valor geopolítico e geoestratégico (Escorrega, 2010).

O principal contributo para esta aliança encontra-se na posição geográfica que ocupa. Antunes (2013) justifica a preponderância deste arquipélago pela possibilidade de lançamento de uma ofensiva aérea estratégica americana, mantendo as pontes aéreas para África e Europa, o que contribuiu, portanto, para as comunicações e garantiu uma cobertura eletrónica da zona atlântica e respetiva proteção. Além disto, possibilita ainda uma vigilância tanto ar-mar como submarina que nesta altura, o poder submarino russo, constituiu uma preeminente ameaça na zona do Atlântico, levando a que o arquipélago açoriano representasse um ponto importante para a luta antissubmarina nesse mesmo oceano⁶² (Cottrel & Moorner in Andrade L. , 1992, pp. 109-141) e que este espaço continuasse a ser uma área de grande interesse estratégico para esta aliança bem como uma preciosa ajuda à navegação e análise da meteorologia, entre outras valências de soberania.

⁶⁰ Nasceu em 1893 e em 1941 iniciou a sua carreira como secretário de Estado adjunto para os assuntos económicos, ocupando durante a sua carreira outros cargos, tal como secretário de Estado no período inicial da Guerra-fria. Nesse mesmo período, desempenhou um papel importante na definição da política dos EUA. Foi um apoiante da doutrina de contenção do comunismo e que idealizava a URSS como um adversário não apenas ideológico mas também como um desafio geopolítico para os interesses dos EUA. Foi um grande apoiante da fundação da OTAN.

⁶¹ Tais como: terrorismo transnacional, proliferação de armas de destruição maciça, Estados falhados, segurança energética, entre outros (Serronha, 2010).

⁶² Os EUA, com a utilização dos Açores e da Islândia, conseguiam uma poupança na ordem dos seis bilhões de dólares nessa luta (Cottrel & Moorner in (Andrade L. , 1992, pp. 109-141).

O ambiente contemporâneo permite também concluir e dar ênfase à elevada instabilidade no espaço de influência euro-atlântico que envolve a África do Norte, a África Subsariana, o Médio Oriente, os Balcãs, o Cáucaso, a Ásia Central e a Ásia do Sul. Concomitantemente, salienta-se nesta esfera as potencialidades estratégicas que os Açores refletem e que devem ainda ser melhor aproveitadas e/ou potenciadas, pois além de contribuírem decisivamente para um adequado controlo marítimo e aéreo deste amplo espaço interterritorial, servem de plataforma de apoio a ações que decorram em teatros de operações mais distantes (Escorrega, 2010). Continuam igualmente a desempenhar um papel de articulação fulcral, englobando as margens do oceano em que se insere mas também pelo facto de se constituir como vértice de um triângulo estratégico chave para alargar ao Atlântico Sul as preocupações defensivas do Atlântico Norte – o triângulo Portugal continental, Açores, Cabo Verde. (Santos J. L., 2011).

Segundo uma perspetiva interna, o governo Português considera a Base das Lajes “uma peça estratégica” na defesa da Aliança Atlântica (Azeredo Lopes & Santos Silva, 2018) referindo-se também à reflexão e redimensionamento do papel e posicionamento geoestratégico dos Açores de elevado interesse, duplamente regional e internacional para a Europa e na sua relação transatlântica (Governo dos Açores, 2013).

Capítulo 5

Os desafios atuais e o futuro

A paisagem política internacional atual está totalmente transformada. Como já mencionado ao longo do trabalho, a OTAN sofreu uma grande alteração desde a sua gênese até aos dias de hoje. Inclusive, após o desmoronamento da URSS, houve vozes que defenderam a extinção da OTAN, ou seja, a geopolítica parece ter ficado entre parêntesis (Alves D. B., 2019).

Face à atual conjuntura e à urgência geoestratégia que exige uma constante adaptação a novos desafios que evoluem diariamente, impõem-se, portanto, o conceito de segurança cooperativa face às ameaças transnacionais, indo estas muito para além do Estado nacional e que por esta razão não pode ser garantida apenas com a ação isolada de cada um, mas sim através de uma cooperação que partilhe os mesmos interesses/objetivos.

Neste quadro, a OTAN, aliança possuidora de um longo histórico de planeamento de defesa e de harmonização das doutrinas e métodos aplicados nas FA dos diversos países aliados e possuidora de um número bastante significativo de missões multinacionais, enquadra-se na solução mais adequada, funcionando como um instrumento privilegiado de resposta, resultante não apenas do esforço conjunto entre Aliados, mas também da predisposição para trabalhar em conjunto com a restante Comunidade Internacional (Teixeira, 2013).

5.1 Os desafios

A implosão da cortina de ferro e o desmembramento do bloco soviético impunham o fim da Aliança Atlântica, por isso o novo conceito estratégico adaptou-se aos novos tempos e redefiniu os novos “perigos” que ameaçam o globo, passando, estes a constituírem-se como

os novos propósitos para uma operação militar ou para medidas de controlo social⁶³. A OTAN necessita de responder às implicações geopolíticas da evolução demográfica contemporânea, as migrações maciças e a questão dos refugiados. Tem de estar preparada para as implicações que as alterações climáticas irão trazer nas próximas décadas. Entre estes desafios, realce-se também a proliferação de armas nucleares, cujo processo de desarmamento deste tipo deve ser definitivo, embora com um apelo ingénuo à sua continuidade porque as novas ameaças assim o justificavam. (Robles, 2010).

Perante este quadro de simultaneidade de crises que se verificaram e em consonância com Severiano Teixeira (2013) os desafios que confrontam esta aliança são essencialmente os seguintes:

Em primeira instância o reforço/alargamento através da cooperação transatlântica entre EUA e os seus aliados europeus, assim como entre a União Europeia e a OTAN a fim de fortalecer a defesa (Daehnhardt, 2019) mas também, permitir abertura à adesão de novos membros que preencham as condições e requisitos definidos⁶⁴.

Em segundo lugar, as operações fora da tradicional área euro-atlântica. Sobre este tópico debate-se acerca dos limites geográficos das missões⁶⁵ a realizar pela aliança, ou seja, pretende-se considerar e decidir se efetivamente a OTAN deve atuar exclusivamente numa região euro-atlântica e na defesa territorial ou então se existe capacidade de garantir, em conjunto com outros parceiros a segurança global, evoluindo assim de uma aliança focada numa defesa regional para uma organização de segurança coletiva (Teixeira, 1999).

Um terceiro desafio passa pela constante necessidade de adaptação e transformação⁶⁶ que deve ser considerado como um processo dinâmico para o qual, o foco visa garantir o sucesso do cumprimento das missões⁶⁷ designadas. Neste âmbito enumera-se a revisão de

⁶³ Como foi o Patriot Act nos EUA durante a era G. W. Bush.

⁶⁴ Contemplando aspetos como a consolidação do regime democrático e das suas instituições, o cumprimento das responsabilidades e obrigações enquanto aliados e o contributo que possam dar em termos de coesão da aliança e no reforço da segurança internacional (Teixeira, 1999).

⁶⁵ Tal como o reforço da presença naval no Mar Negro.

⁶⁶ É de salientar o caminho evolutivo que se tem verificado no processo de transformação com progressos bastante significativos desde a Cimeira do 50º aniversário em Washington e da revisão do Conceito Estratégico da Aliança, em 1999 (Teixeira, 1999).

⁶⁷ O espectro deste tipo de missões varia entre a defesa colectiva e a condução (e sustentação) de operações de resposta a crises, por vezes em ambientes assimétricos e em teatros a longa distância.

conceitos, estruturas⁶⁸, procedimentos e também das forças e capacidades no sentido de reforçar a capacidade operacional e a eficácia e rentabilizar recursos.

Por último, mas não menos importante, há que atender à criação de parcerias estratégicas com outros atores a fim de contribuírem, em cooperação com a Aliança, para a estabilidade e segurança internacional. Tomemos como exemplo: o Japão, a Austrália ou a Coreia do Sul, que estão ao lado da Aliança em missões cruciais, a Rússia e outros interlocutores estratégicos. Contudo, nunca esquecer a parceria estratégica com a UE (idem), que se deve constituir como dois pilares fundamentais da ordem multilateral de segurança e defesa e que simultaneamente devem-se articular, coordenando as suas missões e rentabilizar as suas capacidades e meios no domínio da segurança e da defesa constituindo-se como aliados úteis e credíveis (Daehnhardt, 2019).

5.2 Perspetivas futuras

“Um futuro bem-sucedido da aliança Atlântica dependerá decisivamente do êxito com que sejam abordados e tratados os desafios que certamente se lhe colocarão.” (Pinto L. V., 2016)

O ano de 2009 em que se comemorou o sexagésimo aniversário desta aliança marcou um novo momento de oportunidade nas relações transatlânticas, altura em que a nova administração americana determinou a intenção de alcançar novos objetivos e expectativas focando-se num melhor diálogo e cooperação com os seus parceiros. Tem-se efetivamente demonstrado reconhecer a importância de uma Europa robusta e coesa, assumindo a necessidade de reforçar a autonomia de defesa europeia e firmeza na sua vizinhança próxima a fim de partilhar com a aliança Atlântica as responsabilidades pela segurança coletiva dos

⁶⁸ Destaca-se a adequação da estrutura de Comandos (Quartéis-Generais) desta aliança a fim de garantir melhoramentos, prontidão e eficácia no que concerne à evolução e organização da conjuntura estratégica. De referir que em Portugal, o comando da OTAN (*Joint Command Lisbon*) passou a estabelecer-se como *Joint Forces Command*, o que constitui um fator de reconhecimento do nosso país, passando este a estar em “pé de igualdade” com os outros dois comandos de mesmo nível (Brunssum e Nápoles) e capacitado para conduzir duas operações conjuntas, em simultâneo (Teixeira, 1999).

européus (Teixeira, 2013). O propósito seria então fortalecer a Europa que naturalmente seria um contributo para uma aliança Atlântica também mais forte, sobretudo em áreas de interesse estratégico comum como o Mediterrâneo e África (Alves D. B., 2019). Neste momento, constata-se ainda um regresso da França à estrutura militar da OTAN, um importante contributo para o reforço da coesão europeia no contexto transatlântico e que podem igualmente contribuir para a consolidação da parceria estratégica entre esta organização e a UE. Note-se que as relações internacionais deste novo século anunciam desafios em termos geográficos, políticos e económicos que deixam clara a necessidade da Aliança Atlântica na mente da elite americana: “nenhuma nação pode enfrentar os desafios mundiais a sós⁶⁹” (Shapiro e Witney, 2009).

Não obstante, os relevantes desafios que impõem uma sólida, coesa e perdurável comunidade transatlântica de defesa, são fatores que levam a discutir o futuro desta aliança⁷⁰ e concludentemente num novo conceito estratégico baseado nos princípios e valores primordiais da aliança com o objetivo de adaptar as estruturas e missões da organização às novas realidades.

Um exemplo que poderá ser considerado tem a ver com a questão da segurança. A tendência que se verificava no século XIX e XX estava intrinsecamente associada à segurança predominantemente militar. Atualmente, este conceito deverá ser estendido a uma conjuntura mais ampla de acordo com o fenómeno da globalização que verificámos. Ou seja, hoje, já não basta falar somente de segurança defensiva ou militar, deve-se também abordar outros fatores relacionados, por exemplo, com a segurança económica, com a segurança do comércio mundial, alargando-se também à defesa dos direitos humanos, aos direitos das minorias e à defesa do meio ambiente que queremos preservar para as futuras gerações (Andrade L. , n.d.). Todavia, este processo necessita essencialmente de uma vontade política que conduza ao reforço do vínculo transatlântico, sendo neste trajeto que os EM devem caminhar (Teixeira, 2013).

⁶⁹ Citação de Hilary Clinton na reunião do Conselho das Relações Externas (organismo que tenta perceber a política externa conduzida pelo Governo dos Estados Unidos da América) de 17 de Julho de 2009 em Nova Iorque

⁷⁰ Este debate suprarreferido, iniciou-se na Cimeira Estrasburgo-Kehl e foi também debatido na Cimeira em Portugal.

A OTAN pode não ter capacidade para assegurar e restabelecer a estabilidade mundial sem apoio, mas de acordo com os principais dirigentes europeus e americanos é a única organização de defesa capaz de juntar as capacidades de todos os Estados e outras organizações ocidentais debaixo de um mesmo e único objetivo: a defesa da Paz e da segurança internacional (Lopes, M., 2010).

Este debate sobre o futuro da aliança centra-se essencialmente em duas perspetivas acerca do papel da OTAN neste novo ambiente estratégico do século XXI, onde a imprevisibilidade das RI assume-se como característica essencial do mundo de hoje e, além disso, atendendo a que o inimigo soviético, que foi a sua razão inicial, já não existe (Alves D. B., 2019). Por outro lado, as últimas reflexões indicam genericamente que devido à necessidade de novos equilíbrios entre potências tradicionais e emergentes, a conjuntura internacional clama por um rearranjo organizacional, onde o espaço Atlântico de cooperação tem de procurar definir as linhas diretrizes da sua configuração a Leste, como terá inevitavelmente de garantir uma articulação eficiente a Sul, juntando o poderio crescente do Brasil à estabilização cada vez mais premente de África (Bradford, 2012).

Uma destas perspetivas defende uma organização com carácter global, muito baseada no argumento que as ameaças e riscos aos aliados terão origem fora do espaço euro-atlântico. Por outro lado, a conceção de um regresso a uma aliança regional, essencialmente vocacionada para a defesa coletiva militar e baseada num argumento de que uma OTAN global perderá o espírito de solidariedade e coesão que foi um dos elementos de sucesso desta Aliança (Serronha, 2010).

Neste ínterim e na esfera de competências do anterior e atual Governo da República (XXI e XXII) respetivamente, tem-se desenvolvido um conjunto de projetos estratégicos como o caso do Centro para a Defesa do Atlântico (CeDA) (Martinho, 2018).

5.2.2 O exemplo do Centro de Defesa do Atlântico

O oceano Atlântico que como já referido, enquadrante do arquipélago dos Açores, constitui um vasto espaço geopolítico e geoestratégico. Liga três continentes e inclui mais de 50 Estados costeiros, detém cerca de 30 % das reservas de petróleo e 35 % das reservas

de gás conhecidas, nomeadamente no golfo da Guiné. Além disto, é por estas águas que se estabelecem as principais rotas marítimas entre Europa, América e África e passam o maior número de cabos submarinos de comunicações, ou seja, a sua importância geoestratégica reflete-se nestes factos que permitem um meio de comunicação essencial para o desenvolvimento económico mas simultaneamente um espaço de ameaças⁷¹ à soberania dos Estados, à segurança dos seus cidadãos e, reflexamente, à segurança global (Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2018).

De acordo com este raciocínio e como referiu o Dr. Azeredo Lopes, na altura ministro da defesa nacional (2018) após participação na cimeira da OTAN nesse mesmo ano, esta aliança tem ultimamente demonstrado maior interesse no Atlântico que estava “remetido para um plano menos importante” fruto de “questões securitárias do norte do Atlântico, questões ligadas à segurança marítima, especialmente no Golfo da Guiné e que convocam de novo os Estados a olharem para este oceano e, necessariamente, para os Açores, pela crucial posição geopolítica e de centralidade atlântica que têm⁷²”, observou (Lopes, Azeredo in Grupo Parlamentar do Partido Socialista, 2018).

Assim, através da criação em Portugal de um Centro para a Defesa do Atlântico (CeDA), no qual está perspetivado serem utilizadas as instalações da Base das Lajes para sua instalação (Dinis, 2019) e cujo enfoque primordial volta-se para o desenvolvimento de capacidades associadas à segurança no espaço Atlântico principalmente a nível marítimo mas também abrangente ao domínio terrestre, aéreo e da ciberdefesa a fim de dar resposta aos desafios existentes naquele espaço, contribuindo para o reforço da afirmação de Portugal como um país com capacidade de produzir segurança junto das principais organizações

⁷¹ Constituem-se como complexas e diversas, provenientes de diversas fontes e natureza, desde o reforço crescente da presença de meios navais no Atlântico Norte até às rotas de narcotráfico da América Central e do Sul em direção à África Ocidental, em trânsito para a Europa. Estes desafios, ainda que com uma evidente expressão no mar, carecem de uma abordagem holística, ou seja, no mar, em terra, no espaço aéreo e até no ciberespaço (Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2018).

⁷² A UE tem dedicado especial atenção à segurança marítima adotando uma Estratégia para o Golfo da Guiné reafirmando assim a importância da segurança marítima como garante de um sistema económico justo e aberto. Por sua vez, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou duas resoluções referentes à pirataria e aos assaltos armados nesta área. Também a OTAN tem considerado este aspeto, que com as cimeiras de Gales, em 2014, e de Varsóvia, em 2016, conferiram um novo impulso à Organização, procurando adaptá-la a todos os desafios numa perspetiva geográfica dita de 360 graus. Em resposta a essa preocupação, Portugal, através da área governativa da defesa nacional, desenvolve, a nível bilateral com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, programas de cooperação plurianuais (Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2018).

internacionais⁷³ e aproveitando esta oportunidade para se estabelecer como uma mais-valia ao nível externo.

O objetivo deste centro consiste em evoluir até ao patamar de excelência no contexto internacional e num futuro próximo como centro de excelência da OTAN, promovendo a identificação, a análise e a definição de estratégias e de planos de ação bem como a sua implementação, com o objetivo de combater e mitigar as ameaças que no presente afetam o espaço Atlântico (Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2018).

Este centro, pretender-se-á que alcance o status de “centro de referência focado na área da *Defence Capacity Building* e na cibersegurança (Grupo Parlamentar do Partido Socialista, 2018) ao qual, o parecer por parte do secretário geral da OTAN, Jens Stoltenberg em entrevista ao Expresso é bastante positivo, enaltecendo assim a iniciativa de melhorar a compreensão no Atlântico (Diário dos Açores, 2018).

5.3 As alterações verificadas atualmente na estrutura internacional

Ao longo da maior parte histórica Europeia, o sistema internacional foi multipolar. Presenciou-se um mundo bipolar durante quatro décadas e, logo de seguida, durante a guerra fria, em que tínhamos um sistema de fronteiras geográficas bem desenhadas, este regime anterior passou a unipolar de hegemonia. Após este período, regressámos novamente a um mundo multipolar com o grosso do poder centrado na Ásia/Pacífico. Os EUA mantêm-se como potência diretora e liderante mas na impossibilidade de descartar a colaboração das outras grandes potências para resolver a maior parte das questões internacionais (Santos J. L., 2011) assistindo-se assim a um sistema que luta desesperadamente pela abolição de qualquer tipo de fronteiras (Rodrigues, 2009) e onde podemos destacar como os principais polos de poder a China, os EUA e a Rússia (de carácter duradouro) e previsivelmente a médio prazo, Brasil e a UE como potenciais a alcançar uma posição de grande relevância (Couto A. C., 2009).

⁷³ Tal como a ONU, UE, OTAN, CPLP, União Africana e da comunidade internacional em geral.

No que concerne à presente estrutura internacional, esta desenvolve-se em torno de duas escolas. A primeira, apoiada em autores como Fareed Zakaria⁷⁴, Christopher Layne⁷⁵ ou Michael Mandelbaum⁷⁶, baseia-se na ideia de uma transição de poder que consiste num declínio americano acompanhado por uma ascensão do resto, sobretudo no continente asiático (China, Índia e Rússia) e apenas a menos promissora a vir da América do Sul – o Brasil, refletindo assim uma tendência vivenciada nas últimas décadas de deslocação de poder para a Ásia. Ou seja, esta região – Ásia-Pacífico poderá vir a constituir-se como o maior complexo regional do mundo em dimensões cruciais: no número de grandes potências e de Estados nucleares com três grandes potências (a China, a Índia e o Japão) e com quatro (a China, a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte) que procurarão alargar as suas áreas de interesse a fim de obter novos recursos e beneficiar de trocas económicas aproveitando-se também de regiões fragilizadas (a nível económico ou em termos de segurança) (Santos J. L., 2011).

A segunda, cujo principal autor é Robert Kagan⁷⁷, rejeita a ideia de que a estrutura unipolar tende a terminar e mesmo a de que o poder americano se encontra em declínio (Sá, 2016).

Para este efeito e não optando quer por uma quer por outra, visto que o objetivo passa apenas por referenciar estas duas visões, centremo-nos no que realmente se verifica e que de facto, podemos constatar que o acontecimento drástico que ocorreu em 2001 com a queda das Torres Gémeas vem provar que os inimigos não tinham ficado a descansar e que este conjunto de ameaças⁷⁸ (novas, invisíveis, híbridas e muitas vezes não estadualizadas) e arcos concomitantes de instabilidade nos convocam a repensar na nossa arquitetura de defesa, ou seja, a democracia representativa de matriz liberal – que está no coração da OTAN – tem vindo a sofrer erosões (Alves D. B., 2019).

⁷⁴ *In The Post-American World.*

⁷⁵ *In The Piece of Illusions. American Grand Strategy from 1940 to the Present.*

⁷⁶ *In The Frugal Super-power. America's Global Leadership in a Cash-strapped Era.*

⁷⁷ *In The World American Made.*

⁷⁸ Tomemos como exemplo as “Primaveras Árabes” que foram favoravelmente potenciadoras do avanço do auto-proclamado “Estado Islâmico”; o corredor do Sahel assiste ao despontar de uma miríade de ameaças transnacionais como o terrorismo, o tráfico de droga e de seres humanos, as migrações ilegais, a pirataria, as alterações climáticas e os extremismos religiosos.

Agora, as grandes questões debruçam-se acerca de uma nova interpretação do conceito de ataque armado e na necessidade de uma interpretação comum sobre a importância das ameaças e riscos que colocam em causa a segurança dos aliados (Serronha, 2010) onde atores de peso da cena internacional demonstram cada vez mais ações sem pejo do direito internacional e do princípio da estabilidade das fronteiras⁷⁹.

As polícrises são agora recorrentes. O momento já não é de guerra fria, mas sim, como nos menciona o diplomata americano Michael McFaul⁸⁰, de “paz quente”. Neste cenário, a OTAN continua a ser a única resposta estruturada, robusta e estratégica que junta forças dos dois lados do Atlântico (Alves D. B., 2019) e cuja prioridade dos seus EM deverá se focar em garantir a continuidade política, estratégica e institucional da comunidade transatlântica de defesa (Teixeira, 2009).

⁷⁹ As crises da Geórgia (2008) e da Ucrânia (2014) vieram adensar esta perceção.

⁸⁰ Michael Anthony McFaul, diplomata americano, foi embaixador dos Estados Unidos na Rússia de 2012 a 2014. Antes desta nomeação exerceu funções como Assistente Especial do Presidente e Diretor de Assuntos da Rússia e Eurásia.

Capítulo 6

Apresentação e análise de dados – Entrevistas

“A natureza do problema de investigação determina o tipo de métodos de colheita de dados a utilizar. A escolha do método faz-se em função das variáveis e da sua operacionalização e depende igualmente da estratégia de análise estatística considerada” (Fortin, 2009). Assim, além da pesquisa documental efetuada que serviram de base capítulos anteriores, realizaram-se também entrevistas exploratórias a fim de sustentar a investigação. Estas, “permitem ao investigador retirar informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados. (...) os métodos de entrevista caracterizam-se por um contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores...” (Quivy & Campenhoudt, 2008).

6.1 Descrição dos procedimentos

Neste capítulo são apresentados e analisados os dados obtidos através de entrevistas ⁸¹, com a finalidade de contribuir para uma maior credibilidade desta investigação. Tendo em conta a obtenção de informação verosímil, foram solicitadas entrevistas à amostra ⁸² que se segue, as quais foram selecionadas de acordo com o conhecimento profundo acerca desta temática e pelos estudos/funções que realizaram no âmbito deste tema e que se espelham na seguinte tabela:

⁸¹ Optamos pela semidiretiva, ou semidirigida, isto é, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.192).

⁸² Uma amostra é um subconjunto de indivíduos pertencentes a uma população, ou um conjunto de organizações, pessoas ou objetos com características comuns, delimitáveis por critérios, possibilitando generalizar a informação recolhida através dos determinados instrumentos de recolha de dados, neste caso, a entrevista (idem).

Tabela 1 – Entidades entrevistadas

Fonte: Elaboração própria

En	Nome	Cargo/Função	Local	Data
1	João Bosco Mota Amaral	Político/Professor na UAÇ	UAÇ	15/10/2019
2	José Croca Favinha ⁸³	Comodoro/Cmdt Zona Marítima dos Açores	Cmd Zona Marítima dos Açores	16/10/2019
3	Tibério Manuel Faria Dinis	Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória	Praia da Vitória	11/11/2019

6.2 Exposição da análise das entrevistas

Seguidamente, é apresentada a informação⁸⁴ correspondente às questões que constam dos guiões das entrevistas⁸⁵.

Com o conteúdo correspondente ao Quadro n.º 1 pretende-se através dos dados obtidos nas entrevistas estabelecer uma comparação quanto ao fator geoestratégico dos Açores desde o ano da criação da OTAN até aos dias de hoje considerando a evolução da ameaça, a alteração do conceito estratégico e a atual conjuntura.

⁸³ Em Outubro de 2007 iniciou uma comissão de 3 anos no Comando de Transformação da OTAN, em Norfolk onde foi inicialmente responsável pela Coordenação do *Scientific Programme of Work* e mais tarde pelo ramo de Comando e Controlo. Passados nove anos, voltou à OTAN, tendo assumido o cargo de Diretor dos Planos no Comando Marítimo em Londres, onde permaneceu até julho de 2018.

⁸⁴ A informação apresentada constitui de forma parcial as respostas dos entrevistados, referindo-se apenas o mais essencial, e a sublinhado a resposta direta às questões.

⁸⁵ Ver Apêndice B – Guião das Entrevistas.

Quadro n.º 1 – Análise do Conteúdo à questão 1

Fonte: Elaboração própria

Categoria	En	Unidade de Contexto
<u>Valor Geoestratégico dos Açores</u>	1	“Os Açores estão a meio do atlântico e o atlântico é um polo de fixação da própria natureza e dos objetivos da NATO.”
	1	“...a nossa presença no meio do oceano atlântico um fator de estabilidade em toda a área na qual a aliança exerce as suas atribuições ... e o valor estratégico dos Açores é um valor permanente.”
	2	“... o oceano Atlântico volta a ser importante estrategicamente e os Açores estão aqui no centro deste imenso espaço, numa janela de oportunidade ... que necessita ser trabalhada e convencer os mais importantes membros da aliança e principalmente as potencias marítimas que os Açores são importantes”
	3	“... os países aliados de Portugal têm retirado vantagens da nossa posição geoestratégia, a meio do Atlântico Norte, a meio caminho entre o “velho” e o “novo” mundo.”
	3	“...atualmente, os Estados Unidos da América apenas olham para Portugal como mais um dos seus aliados.”
	3	“...são hoje apenas um local de recurso para ações imprevistas, o que não quer dizer que, amanhã, não possam voltar a ser uma base avançada de apoio ao combate aos novos desafios que mundo contemporâneo nos impõe.”
	3	“...os Açores continuam, na senda mundial da política externa, de defesa e manutenção da paz, a ser geoestratégica e geopoliticamente uma peça central no xadrez desta comunidade atlântica.”

Considerando as respostas obtidas nesta primeira questão, pode-se verificar que existe concordância entre a amostra, e que de facto se verifica que a posição geográfica dos Açores e o seu correspondente valor geoestratégico continuam relevantes, embora com alguma perda de influência fruto do maior foco de concentração, hoje se centrar mais a Oriente. No entanto saliente-se que os Açores continuam a ser o *crossroad* do Atlântico que faz a ponte de extensão perante toda a área que ele ocupa.

Com o Quadro n.º 2 pretende-se relacionar a importância que tiveram os Açores na adesão de Portugal à OTAN e analisar se atualmente ainda se manteria o mesmo convite.

Quadro n.º 2 – Análise do conteúdo à questão 2

Fonte: Elaboração própria

Categoria	En	Unidade de Contexto
<u>Interesses atuais dos Açores influenciadores da adesão à OTAN</u>	1	“...sim, porque Portugal é um parceiro fiável, dentro da área do atlântico e somos testa de ponte da entrada na Europa para quem vem do lado do continente americano.”
	1	“É um elemento atrativo para a solicitação da participação de Portugal em qualquer tarefa do âmbito político-militar.”
	3	“Os Açores têm razões suficientes que manifestam o meu otimismo quando à preponderância que os Açores continuam a ter neste mapa global.”
	3	“... os novos desafios com que hoje estamos confrontados só serão melhor combatidos ou ultrapassados com o imprescindível contributo desta região autónoma portuguesa, pois os Açores continuam no meio do Atlântico, oceano que banha Europa, África e América.”
	3	“...o nosso posicionamento geoestratégico vale ouro.”

Pode-se assim interpretar através das afirmações suprarreferidas, dado que a opinião dos entrevistados se mantém consensual, que atualmente, o “valor” deste arquipélago ainda influenciaria a adesão de Portugal como EM à OTAN, embora em circunstâncias diferentes daquelas que levaram em 1949 à formulação do convite mas não perdendo o significado e as potencialidades que deste advém. Note-se que desde o ano de fundação desta aliança até à atualidade são vários os exemplos que denotam o interesse nos Açores e nas infraestruturas de apoio às operações militares que se encontram instaladas no arquipélago, obviamente com maior enfoque para a base das Lajes.

O objetivo do seguinte quadro passa por enumerar as potencialidades que os Açores atualmente possuem por forma a complementar as atividades da OTAN e conseqüentemente contribuir para os seus objetivos que se foram adaptando aos novos desafios/ameaças.

Quadro n.º 3 – Análise do conteúdo à questão 3

Fonte: Elaboração própria

Categoria	En	Unidade de Contexto
Potencialidades dos Açores que cooperam para a consecução dos objetivos da OTAN	1	“...função de recolha de dados sobre o mar e também sobre a meteorologia nesta área ... Tudo isto está, digamos, em fase de elaboração como estão as diligencias que a OTAN tem em curso para se adaptar as novas condições”
	1	“...os Açores continuam a contar como um elemento valioso da própria aliança.”
	2	“...todos estes projetos serão um contributo positivo para o posicionamento dos Açores.”
	3	“... <i>Atlantic International Research Center (AIR Center)</i> , uma agência de investigação internacional direcionada para as áreas do espaço, oceano, atmosfera/clima, energia e dados, potenciadora do aprofundamento da cooperação técnico-científica.”
	3	“... parte significativa dos voos comerciais cruza os céus dos Açores, com todas as valências que a isso temos que associar, como o controlo do tráfego aéreo e os serviços de meteorologia.”
	3	“...os recursos naturais, ao nível de componentes potenciadores de produção de energia e bioquímicos, estão em fase de exploração no Atlântico.”
	3	“...a criação do Centro de Defesa do Atlântico no qual está prospetivado serem utilizadas as instalações da Base das Lajes.”

De acordo com as respostas elencadas pode-se concluir que este arquipélago, além da sua característica singular – posição geográfica, possui outras características. Não se deixou “adormecer” e foi acompanhando a evolução tecnológica abrindo assim portas a novas oportunidades que através de investimento científico surgem projetos, uns já em exploração e outros em estudo como acima referidos e ainda aqueles que possivelmente se virão a descobrir fruto do domínio cada vez mais amplo no enorme espectro deste âmbito. Estas particularidades dos Açores podem assim ser uma mais-valia para a OTAN fornecendo um complemento para o cumprimento das missões e objetivos que estão definidos.

Através do próximo Quadro n.º 4 pretende-se expôr a perspetiva das entidades entrevistadas quanto à relevância que os Açores terão num futuro próximo. Esta análise interliga-se com a anterior. O propósito é de estabelecer uma relação entre os projetos e inovações delineados e respetiva importância/implicação num espaço temporal adjacente.

Quadro n.º 4 – Análise do conteúdo à questão 4

Fonte: Elaboração própria

Categoria	En	Unidade de Contexto
<u>Relevância dos Açores na próxima década</u>	1	“...não vejo que haja grandes modificações previstas no quadro de referência ... apenas o crescente intervencionismo internacional da Rússia é que poderá alterar o panorama.”
	1	“...a nossa posição não deve ser desvalorizada, antes pelo contrário.”
	2	“...depende muito da evolução, os Açores são importantes por causa do espaço que ocupam aqui no centro do Atlântico.”
	3	“o Atlântico e os Açores têm um potencial que coloca a sua comunidade na vanguarda dos ramos energético e científico mundial... os Açores podem ganhar com isso? Claro que sim”
	3	“...os Açores poderão contribuir para as intenções ou para quaisquer outras manifestações.”

Torna-se interessante debruçarmo-nos sobre esta tentativa de previsão, uma vez que se assistiu a um crescimento tecnológico exponencial e cuja tendência será continuar com este enorme salto. O facto de os Açores se manterem relevantes como demonstram as respostas acima descritas, reflete que esta região deverá ser alvo de investimento e desenvolvimento a fim de acompanhar esta conjuntura.

Por fim, a finalidade do próximo quadro visa analisar através da opinião das entidades acima referidas, se os Açores ainda continuam inclusos na atual estratégia da OTAN.

Quadro n.º 5 – Análise do conteúdo à questão 5

Fonte: Elaboração própria

Categoria	En	Unidade de Contexto
<u>Os Açores na atual estratégia da OTAN</u>	1	“Sim acho que sim, acho que continuam a fazer.”
	1	“...verificaram-se infraestruturas construídas de novo e confinadas OTAN ... quando se tratou da reparação do dito molho a OTAN lá esteve presente mostrando que essas infraestruturas não são desvalorizadas, antes pelo contrário.”

1	“...a situação pode se alterar e em todo o momento cá estamos nos para cumprir as nossas tarefas e no fundo as nossas missões.”
2	“Os Açores fazem parte da área de interesse da OTAN, não da <i>front line</i> porque esta é a linha de defesa contra os inimigos ... faz parte da sua retaguarda que tem de ser mantida.”
3	“A OTAN é uma organização que tem o mar como elemento de ligação entre os dois lados do Atlântico ... julgo que isto, por si só, responderia à questão”
3	“os Açores estão aqui e conferem uma dimensão atlântica, geoestratégica e geopolítica.”
3	“O espaço atlântico não está em declínio. Aliás, o potencial mantém-se no Atlântico, estando muitas oportunidades ainda por explorar, a Norte, e os novos desafios para enfrentar em latitudes mais a Sul...”

Através do consenso obtido entre esta amostra pode-se concluir que os Açores ainda fazem parte desta estratégia, embora de um modo não tão visível como noutras alturas, mas o facto é que as infraestruturas não foram abandonadas, continuam operacionais com o estado de prontidão que a Aliança define considerando-as credíveis e influentes.

Conclusões

As conclusões visam responder às questões levantadas pela investigação quer tenha sido encontrada concordância ou discordância perante os dados recolhidos, justificando bibliograficamente e de acordo com as entrevistas realizadas.

É também analisado o cumprimento dos objetivos propostos bem como expostas as limitações sentidas no decorrer da investigação. Por fim são apresentadas algumas propostas para futuros estudos relacionados com o tema em questão.

Resposta às Questões Derivadas

A primeira QD, **“A OTAN mantém os mesmos objetivos aquando a sua fundação ou sofreu transformação?”** teve como finalidade enumerar as alterações verificadas na Aliança durante os setenta anos da sua existência relacionando-as com as potencialidades que os Açores proporcionaram no momento da sua fundação e se daí em diante acompanhou a evolução até ao atual paradigma mundial que enfrenta ameaças e desafios absolutamente diferentes dos marcaram lugar na sua génese. Verifica-se, portanto, que a OTAN sofreu uma dinâmica evolução. Teve de formular novos objetivos ou modificar/complementar os anteriores por forma a dar resposta às atuais “crises”, adquiriu novas capacidades, adaptou-se política e militarmente às conjunturas pelas quais foi passando e sobreviveu a vários momentos conturbados, mas justificando sempre a razão da sua existência, permanecendo até hoje como uma aliança sólida, coesa e intacta. Note-se que o propósito para o qual a OTAN foi fundada desvaneceu-se com o final da Guerra Fria, ou seja o “inimigo físico” que justificou a sua criação desapareceu mas de qualquer forma, a Aliança manteve-se coesa.

Já a QD2, **“De que forma os Açores determinaram a entrada de Portugal como membro fundador nesta aliança?”**, procura elencar as vantagens que esta região emersa, caracterizada geograficamente como muito relevante, dada a sua posição central no Atlântico influenciou a adesão de Portugal à OTAN. Pode-se facilmente concluir, uma vez

que a revisão de literatura nos conduz unissonamente para o principal motivo: importância geoestratégica e geopolítica. Este arquipélago, pela sua dimensão, configuração e posição, conferiu e ainda confere relevantes vantagens para esta aliança: desde a possibilidade de sustentação, apoio logístico, capacidade de projeção de meios e poder para diversas áreas de influência a fim de conter a ameaça oriunda de qualquer ponto do planeta, ao importante controlo do mar e operações navais que a OTAN tem necessariamente de garantir. Portanto, são estes fatores resultantes desta posição singular que os Açores ocupam no oceano Atlântico que favoreceram determinadamente a inclusão de Portugal neste tratado.

No que concerne à terceira QD, **“Qual a influência do arquipélago para a consecução dos objetivos da OTAN?”**, a análise documental e as entrevistas possibilitam descrever que de facto estes objetivos não se mantiveram estanques como se demonstra na QD1 e que a par desta adaptação a novos desafios, também os países e, neste caso concreto, os Açores evoluíram, ou seja, a sua influência não permaneceu inalterada comparativamente ao ano da fundação da OTAN em que foram determinantes como se referiu na QD2, hoje em dia, o espaço marítimo não esgota o papel clássico deste arquipélago que além de permitir o apoio logístico a vários tipos de meios, acarreta outras possibilidades de cariz tecnológico sobretudo a nível de vigilância (submarina, marítima e aérea). Pode dizer-se que não é por acaso que existe a preocupação por parte da OTAN em manter as instalações operacionais, que não abdicaram destas infraestruturas e mantêm intenção em investir a fim de garantir a continuidade da prontidão das mesmas. Resumindo, os Açores mantêm-se vitais para o sucesso e consecução dos objetivos da OTAN, caso contrário teriam sido “descartados”.

Relativamente às hipóteses levantadas no início deste trabalho, foram todas verificáveis, sendo que uma delas não obteve um parecer positivo. Demonstrou-se que a posição influente deste arquipélago na história da conflitualidade contemporânea, mormente na segunda metade do século XX, é preponderante para a adesão de Portugal à OTAN como EM devido essencialmente a fatores geoestratégicos e geopolíticos. Sem os Açores, a probabilidade de Portugal se ter constituído como membro fundador da OTAN era diminuta. Além disto, constatou-se ainda que continuarão a ter preponderância para este tratado, não estando considerada uma possível perda de interesse para a OTAN.

Resposta à Questão Central e reflexões finais

As respostas anteriores contribuem e concorrem para a (QC): **“Qual a importância que atualmente reveste os Açores para a consecução dos objetivos da OTAN?** A conclusão a que chegamos é que este arquipélago desempenha um papel de destaque. Esta importância como podemos constatar ao longo do trabalho é extrema, ressaltando as suas potencialidades estratégicas face a uma conjuntura cada vez mais globalizada e imprevisível, possibilitando assim através da sua localização contribuir viavelmente na coordenação, controlo e combate a estes fenómenos.

Realça-se a possibilidade de apoio à projeção de poder através das infraestruturas como é o caso do Cais *NATO* e da Base das Lajes, considerada uma infraestrutura vital no âmbito do combate e mobilidade aérea.

Embora ultimamente se assista a uma possível divergência da zona de influência da aliança do Atlântico para o Pacífico / Médio Oriente, a OTAN não abdica das vantagens que os Açores lhe confere, daí apenas a redução de efetivos e meios americanos e não a sua total desativação, uma vez que qualquer rota de ligação entre a América e os recentes teatros de operações cruzam o Atlântico. Além disto, face aos avanços tecnológicos que têm crescido exponencialmente principalmente no século XXI, também os Açores desenvolveram e investiram em projetos que embora ainda careçam de implementação ou melhoria, a OTAN “olha” para eles como um relevante contributo face aos seus objetivos.

Assim, esta privilegiada posição central entre o continente americano que se constitui como pólo de poder e o continente europeu, dá provas suficientes que atualmente este arquipélago, dadas as suas características é potencialmente considerado.

Limitações da investigação

Durante esta investigação surgiram alguns obstáculos que importa salientar. O primeiro diz respeito à mais diversa bibliografia e perspetivas encontradas acerca desta temática em geral, o que levou a uma maior dificuldade de seleção de elementos. O segundo, embora vários autores abordem este assunto, foi necessária uma boa escolha dos mesmos, uma vez que o propósito desta investigação versou principalmente sobre a atualidade, ou

seja, a bibliografia tornou-se mais escassa e por vezes as fontes não são as mais credíveis pois grande parte das obras pesquisadas eram de opinião.

Propostas de investigações futuras

Cada ponto de chegada pode ser, simultaneamente, um novo ponto de partida, e a ciência – toda a ciência – é prova disso mesmo.

Neste sentido, e numa perspetiva iminente epistemológica, seria interessante que o presente estudo merecesse continuidade dado que a exponencial evolução tecnológica a par da globalização e da imprevisibilidade de conflitos pode alterar completamente o paradigma em redor desta importância dos Açores para a consecução dos objetivos da OTAN.

Bibliografia

- **Livros**

- Amaral, C. (2012). A região autónoma, a Europa e o espaço Atlântico. Autonomia e relações internacionais. Em M. Mesquita, & P. Vicente, *Potências Emergentes e Relações Transatlânticas* (pp. 61-74). Lisboa: Tinta da China .
- Almeida, P. V. (1990). *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: Instituto de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Andrade, L. (1992). *Portugal and the Atlantic Alliance: The Role of the Azores. Estratégia, Vol. IV, pp. 109-141*.
- Antunes, J. F. (2013). *Kennedy - Salazar. O Leão e a Raposa*. Alfragide: Dom Quixote.
- Aron, R. (1986). *Paz e Guerra entre as Nações (2a ed.)*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Bairos, M. (2010). Portugal e os Açores nas relações transatlânticas. Em M. Mesquita, S. Pina, & S. Neves, *A procura da grande Estratégia - De Roosevelt a Obama* (pp. 345-351). Lisboa: Tinta da China.
- Barreau, J., & Bigot, G. (2008). *Toda a geografia do mundo*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Baud, P. (1999). *Dicionário de Geografia*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Bispo, A. (1990). *A importância Estratégica dos Açores no quadro das Relações Euro-Atlânticas* (Vol. Congresso Internacional de História Militar). Madrid: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Bradford, A. (2012). A necessária renovação funcional da presença Americana nas Lajes. Em M. Mesquita, & P. Vicente, *Potências Emergentes e Relações Transatlânticas* (pp. 350-362). Lisboa: Tinta da China.
- Célerier, P. (1969). *Géopolitique et Géostratégie* . Paris: Presses Universitaires de France.
- Couto, C. (1988). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso (Vol. I)*. Lisboa: IAEM.
- Defarges, P. M. (2003). *Introdução à Geopolítica. (J. P. Fernandes, Trad.) (Trabalho original publicado em 1994).(Escrita original em francês)*. Lisboa: Gradiva.

- Dias, C. M. (2005). *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Lisboa: Prefácio.
- Dias, C. M. (2005). *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Lisboa : Prefácio.
- Dias, C. M. (2010). *Sobre a Guerra Política, Estratégia e Tática*. Lisboa: Prefácio.
- Dias, C. M. (2012). *Geopolítica - Velhas mas Novas Aproximações e o Contrário*. Aveiro: Mare Liberum.
- Enes, J. (2010). Uma perspectiva açoriana da conjuntura euro-atlântica de Portugal. Em O. Almeida, *Açores, Europa - uma antologia* (pp. 321-337). Lisboa: Instituto Açoriano de Cultura.
- Ferreira, J. M. (1988). *Portugal – Os Próximos Vinte anos – Posição de Portugal no Mundo*. Gulbenkian: Lisboa .
- Ferreira, J. M. (2010). Onde fica Portugal nas relações luso americanas. Em M. Mesquita , S. Pina, & S. Neves, *À procura da grande estratégia - de Roosevelt a Obama*. Lisboa: Tinta da China.
- Ferreira, J. M. (s.d.). *À procura da Grande Estratégia - de Roosevelt a Obama*. Lisboa: Tinta da China.
- Freixo, M. J. (2012). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- IAC. (2005). *Os Açores e a II Guerra Mundial*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano da Cultura.
- IAEM. (1993). *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégia*. ME 71-00-08. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Mackinder, J. (1968). *The Geographical Pivot of History in Geopolítica Tropical*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Martins, J. (1991). Significado da Posição Geoestratégica de Portugal para a defesa do mundo ocidental. Em *Estratégia* (pp. 235-240). Lisboa: Instituto de Relações Internacionais.
- Martin, Lisa e Simmons, Bertrand (1998) “Theories and empirical studies of international institutions”. *International Organization* 52. pp 729-757.

- Mesquita, J. A. (2012). *Uma nova estrutura do Atlântico*. Lisboa: Tinta da China.
- Monjardino, Á. (2012). Estar entre mundos. Em M. Mesquita, & P. Vicente, *A dimensão Científica das Relações Transatlânticas* (pp. 310-319). Lisboa: Tinta da China.
- Moreira, A. (1997). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, A. (2000). A reforma da NATO e a relação Transatlântica. Em M. Mesquita, S. Pina, & S. Neves, *À procura da grande estratégia - de Roosevelt a Obama* (pp. 264 - 270). Lisboa: Tinta da China.
- Moreira, A., & Cardoso, P. (1992). *Estratégia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Morgenthau, Hans (1967) *Politics Among Nations: The struggle for power and peace*. Alfred Knoff: New York.
- OTAN. (1945). *Les Cinq Premieres Annes 1949 - 1954*. Paris.
- Pereira, P. (2006). *Portugal e o início da construção Europeia 1947-1953*. Lisboa: IDI-MNE.
- Pereira, P. (2006). *Portugal e o início da construção Europeia 1947-1953*. Lisboa: IDI - MNE.
- Pinto, S. (2017). *Varsóvia: a Cimeira em busca dos 360º. Segurança e Defesa*. Lisboa.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (5ªed)*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, C. (1991). A posição geográfica. Em A. Moreira, & P. Cardoso, *Estratégia* (pp. 239-245). Lisboa: Instituto de Relações Internacionais .
- Sacchetti, A. (1995). *Segurança Europeia (1986-1995)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Sachetti, A. (1990). Geopolítica e Geoestratégia do Atlântico. Em *Estratégia* (pp. 27-33). Lisboa: ISCSP.
- Salazar, A. (1945). *Portugal, a Guerra e a Paz. Discursos e Notas Políticas*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Santos, E. (2008). *A NATO no séc XXI: o passado, o presente e o futuro da aliança atlântica*. Tribuna: Lisboa.

Shapiro, Jeremy; Witney, Nick (2009), Towards a Post-American Europe: a power audit of EU-US Relations. European Council on Foreign Relations. London.

Telo, A. (1993). *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898/1948)*. Lisboa: ASA.

Telo, A. (1995). *Portugal e a NATO: dos Pirinéus a Angola*. *Análise Social* XXX.

Telo, A. (1996). *Portugal e Nato: o reencontro da tradição atlântica*. Lisboa: Editora Edições Cosmos.

Telo, A. (2010). As bases e as relações bilaterais com os EUA - um século de entendimentos. Em M. Mesquita, S. Pina, & S. Neves, *À procura da grande estratégia - de Roosevelt a Obama*. Lisboa: Tinta da China.

Waltz, Kenneth (1998) "The Balance of Power and NATO expansion", The Debate over NATO Enlargement, Conference Papers March 9-10, fall. University of California: Berkeley.

- **Artigos de Revistas/Periódico**

Andrade, L. (1999). Os Açores no Século XX - um contributo para a sua história Militar. *Arquipélago - História*, pp. 447-456.

Andrade, L. (2015). Os Açores entre a Europa e os Estados Unidos da América: Uma Perspetiva Geoestratégica. *Nação e Defesa*, pp. 96-106.

Andrade, L. (n.d.). Os Açores e a defesa comum Europeia. pp. 421-429.

Azeredo Lopes, J. A., & Santos Silva, A. (25 de janeiro de 2018). A contribuição de Portugal para a segurança atlântica. *Público*.

Bacelar, J. L. (2019). Os 70 anos da NATO. Que Futuro? *Portugal - 70 anos de OTAN*. Ponta Delgada: Instituto Universitário Militar.

Caldeira, J. R. (2015). As Missões e Capacidades das Forças Armadas Portuguesas no Arquipélago dos Açores. *Nação e Defesa*, pp. 53-78.

Couto, A. C. (2009). Que Visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO. *Nação e Defesa*, pp. 20-86.

- Escorrega, L. C. (2010). Da Importância Geoplítica e Geoestratégica dos Açores no atual contexto estratégico. *Revista Militar*.
- Gonçalves, R. (julho de 2015). CONCEITO ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA E DEFESA – PORTUGAL NA NATO. *Centro de I&D sobre direito e sociedade*.
- Leitão, M., Freitas, R., & Costa, P. (2009). *NATO - Desafios e Perspetivas*. Lisboa: Revista Militar.
- Martinho, L. (2018). "As Lajes, a NATO e claro as iniciativas que podem beneficiar os Açores". *Opinião*.
- Martins, J. (2005). Importância Geopolítica e Geoestratégica dos Açores. *Os Açores como Espaço Estratégico*, 141-151.
- Martins, R. F. (1996). Geopolítica e Geoestratégia: para que são e para que servem? *Nação e Defesa*, 21-78.
- Moreira, A. (1979). Poder Funcional - Poder Errático. *Nação e Defesa*, 14-27.
- Pinto, L. V. (2016). NATO: reforço ou decadência? *Integração regional e multilateralismo*, 114-115.
- Ramos, J. (2012). "Espanha disputa espaço aéreo Português. *Expresso*, 21.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2018. (s.d.). Diário da República n.º 99/2018, Série I de 2018-05-23. *Autoriza a criação do Centro para a Defesa do Atlântico (CeDA)*. Lisboa.
- Riley, C. G. (2015). Os Açores e os Estados Unidos da América no “Longo Século XIX”. *Nação e Defesa*, pp. 107-126.
- Rodrigues, A. R. (2009). Reflexões sobre o Presente e a Evolução Futura do Quadro Geral de Segurança e Defesa. *Nação e Defesa*, pp. 97-120.
- Sá, T. M. (setembro de 2016). Os Estados Unidos e os Açores. A Base das Lajes e o retraimento americano. *Relações Internacionais*, pp. 57-74.
- Santos, J. L. (2011). A Região Geopolítica do Atlântico e Portugal. pp. 121-136.
- Serronha, M. (setembro de 2010). Portugal e o novo conceito estratégico da NATO. *Relações Internacionais - A NATO e a cimeira de Lisboa*, pp. 55-64.
- Sousa, M. R. (2019). 70 anos da existência da NATO. *Diário de Notícias*. Lisboa.

- Teixeira, N. S. (1999). *Portugal e a NATO: 1949-1999 in Nação e Defesa*. Lisboa: IDN.
- Teixeira, N. S. (2009). Que Visão para a Defesa? Desafios que se Colocam a Portugal. *Nação e Defesa*, pp. 9-18.
- Teixeira, N. S. (2013). 60 anos da NATO. Portugal e a aliança atlântica . *Nação e Defesa*, pp. 115-127.
- Telo, A. (julho de 2009). 60 anos da NATO. Portugal e a Aliança Atlântica. *Nação e Defesa*, pp. 5-9.

- **Relatórios**

- Adérito, F. (1980). “*O Valor Estratégico dos Açores para a NATO, factor importante na definição duma Estratégia Nacional*”. Lisboa: IAEM.
- Almeida, C. (2014). *AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E A OTAN NO PERÍODO DE 1947 A 1960*. Lisboa: Academia Militar.
- Bardine, R. (2016). *A OTAN e seus objetivos*. Lisboa.
- Daehnhardt, P. (2019). *NATO 70 anos: O esforço da coesão transatlântica como prioridade. Diário de Notícias*. Lisboa: IPRI.
- Dinis, T. (22 de novembro de 2019). *A geoestratégia dos Açores e os desafios da OTAN*. (P. Carvalho, Entrevistador)
- Esteves, S. (2018). *A evolução da componente marítima da NATO – Da guerra fria aos desafios emergentes de segurança marítima*. Alfeite: Escola Naval .
- Governo dos Açores. (2013). *Um Contributo Açoriano Para a Estratégia Marítima para a Região atlântica*. Ponta Delgada: Governo Regional dos Açores.
- Grupo Parlamentar do Partido Socialista. (2018). *Base das Lajes é estratégica para defesa da Aliança Atlântica*. Lisboa: Gabinete de Imprensa GPPS.
- Lopes, M. (2010). *A NATO - O paradigma de uma integração defensiva*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Marques, O. (2008). *A Entrada de Portugal na NATO – Da Perspectiva Política à Militar*. Lisboa: Academia Militar.

NAC. (2017). *Progress Report on the Operationalization of the Alliance Maritime Strategy*. NATO.

Robles, R. (2010). Portugal e Nato: 60 anos de parceria. *Cimeira da NATO em Portugal*. Lisboa: Esquerda.

Romeiro, R. (2004). *A importância Estratégica dos Açores no Plano Internacional*. Lisboa: Academia Militar.

Soares, P. (2012). *A Importância Estratégica da Posição do Arquipélago dos Açores*. Lisboa: Academia Militar.

- **Fonte eletrónica**

Alves, C. (04 de abril de 2019). NATO: Marcos históricos da organização militar que vive há 70 anos.

Alves, D. B. (30 de janeiro de 2019). *Portugal, a NATO e o mar: os primeiros 70 anos*. Obtido de Observador.

Diário dos Açores. (2018). Centro para a Segurança no Atlântico nos Açores é uma ideia interessante. *Diário dos Açores*. Ponta Delgada.

FAP. (17 de agosto de 2019). *Estrutura da Força Aérea – Comando da Zona Aérea dos Açores*. Obtido de Força Aérea Portuguesa: <https://www.emfa.pt/unidade-57-comando-da-zona-aerea-dos-acores>

Hamula, P. (27 de fevereiro de 2006). Pacto Molotov-Ribbentrop. Obtido em 22 de Março de 2014, de Wikipedia. http://pt.wikipedia.org/wiki/Pacto_Molotov-Ribbentrop#mediaviewer/Ficheiro:Ribbentrop-Molotov.svg.

Interna, M. d.-D.-G. (s.d.). *Decreto-Lei n.º 38530*. Diário do Governo, 1.a série n.º 246, (p.1022): Retirado no dia 28 de setembro de 2019 de Diário da República: <https://dre.pt/web/guest/pesquisaprint-preview&fq=1951&perPage=100>.

Montgrenier, Jean-Sylvestre (2007) Transformation et globalisation de l'OTAN: Débats stratégiques et enjeux géopolitiques après le sommet de Riga. Institut Thomas More, Tribune: Paris. Disponível em www.centretransatlantique.fr/pdf

NATO. (2010). *Strategic Concept for the Defense and Security of the Members of OTAN*. Obtido de https://www.nato.int/strategicconcept/pdf/Strat_Concept_web_en.pdf, consultado em 03 de outubro de 2019.

NATO. (2014). *Wales Summit Declaration*. Obtido de https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_112964.htm?mode=pressreleases, consultado em 3 de julho de 2019.

NATO. (14 de outubro de 2019). *O que é a NATO?* Obtido de https://www.nato.int/nato-welcome/index_pt.html

Stoltenberg, J. (2015). *The Secretary General's Annual Report 2014*. Obtido de https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2015_01/20150130_SG_AnnualReport_2014_en.pdf

Apêndices

Apêndice A – Esquema conceptual da investigação



Apêndice B – Guião das Entrevistas



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais

Decorrente desta fase da dissertação, subordinada ao tema “O valor Geoestratégico do Arquipélago dos Açores para a consecução dos objetivos da OTAN”, é nosso propósito analisar de que forma este espaço foi importante e atualmente é utilizado para que esta aliança atinja os seus fins.

Neste contexto, a experiência e a opinião de profissionais nesta área torna-se fulcral para a consistência deste trabalho.

Para o efeito, solicitamos a V. Exa o seu contributo, respondendo ao que se segue, possibilitando assim um conhecimento mais adequado sobre esta temática bem como o enriquecimento e a fidedignidade do trabalho que nos encontramos a desenvolver.

No que concerne aos resultados obtidos, após tratamento da informação recolhida na investigação, os mesmos serão primeiramente colocados à disposição do entrevistado.

Obrigado pela sua colaboração. Atenciosamente,

Pedro Nuno Martins Carvalho

Enquadramento Teórico do Trabalho

OTAN. Criada quatro anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, permanece uma aliança crucial, a maior aliança militar em tempo de paz do mundo e a melhor sucedida da história, preservando a paz na Europa e no espaço euro-atlântico alargado.

A posição geoestratégica dos Açores contribuiu para o convite endereçado a Portugal a fim de pertencer a esta organização como Estado membro fundador.

É sabido que com o final da guerra fria, o atual contexto estratégico caracteriza-se agora por um ambiente de ameaças e riscos de concretização imprevisível e de carácter multifacetado e transnacional. A OTAN soube ajustar-se, soube entender os novos desafios e assumir uma perspetiva a 360 graus.

Considerando os clássicos e "novos" riscos e ameaças à segurança, os Açores apresentam potencialidades estratégicas que deverão ser aproveitadas.

Este estudo tem como finalidade:

- Analisar e comparar dois períodos: o da criação desta aliança e relativamente aos dias de hoje, a fim de compreender as alterações, medidas, projetos, inovações ocorridas etc. ocorridas no arquipélago a fim de este contribuir para a consecução dos objetivos da OTAN;
- Investigar a importância e o potencial geoestratégico contemporâneo dos Açores quanto à sua influência nos objetivos da OTAN;
- Perceber se os Açores num futuro espaço temporal manterão ou perderão interesse para a OTAN.

A entrevista tem um fim de exploração e confirmação do conteúdo da investigação, sendo estas as questões fundamentais. Não obstante da eventualidade de surgirem outras questões no desenrolar da entrevista.

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME

CARGO/FUNÇÃO

LOCAL/DATA

Guião de Entrevista

1. O fator Geoestratégico do arquipélago dos Açores foi determinante para a adesão de Portugal à OTAN como membro fundador. Considera que atualmente, com a evolução da ameaça e com a alteração do CE que envolve esta aliança, esta região insular continua a ser importante? De que forma?
2. E se o ano de fundação da OTAN fosse 2019/2020, considera que Portugal seria convidado a membro? Porquê? Os Açores teriam alguma preponderância na adesão?
3. A Geoestratégia deste arquipélago garantiu(e) vantagens aos países membros nomeadamente entre a América do Norte, o continente Asiático e Africano. Perspetiva que a sua posição será / continua a ser influente?
4. A OTAN, segundo as palavras do Ex^{mo}. Presidente da República, soube adaptar-se aos novos desafios. Quanto aos Açores especificamente, tem conhecimento de projetos ou inovações de forma a acompanhar este atual contexto? Quais e de que modo irão contribuir?
5. O objetivo fundamental da OTAN passa por garantir a liberdade e segurança dos seus membros através de meios políticos e militares. Quais as medidas específicas que Portugal ou mais concretamente os Açores têm desenvolvido neste âmbito?
6. E num futuro próximo (10 anos), os Açores perderão ou, pelo contrário, ganharão, relevância para esta aliança? Como?

7. Além das operações militares das Forças Armadas no âmbito da OTAN, a que poderá recorrer esta aliança no seio da nossa capacidade (territorial, humana etc.)? E especificamente quanto aos Açores?
8. Perante o interesse da China nos Açores quanto à investigação marítima, é importante que a OTAN reformule o seu posicionamento face a esta estratégia da China. Qual o seu ponto de vista quanto a esta intenção? Existem medidas/projetos implementados pela aliança para continuar com a presença no arquipélago?
9. O Ex^{mo.} Presidente da República, ao contrário do seu homólogo americano, considera vital a manutenção e reforço desta aliança. De que forma pode esta região insular contribuir para esta intenção?
10. Por fim, considera que os Açores ainda fazem parte da estratégia da OTAN? De que modo?

Apêndice C – O Triângulo Estratégico Português



Figura 1- O Triângulo Estratégico Português

Fonte: Adaptado de <https://www.google.pt/maps>

Anexos

Anexo A – Etapas do Procedimento de investigação

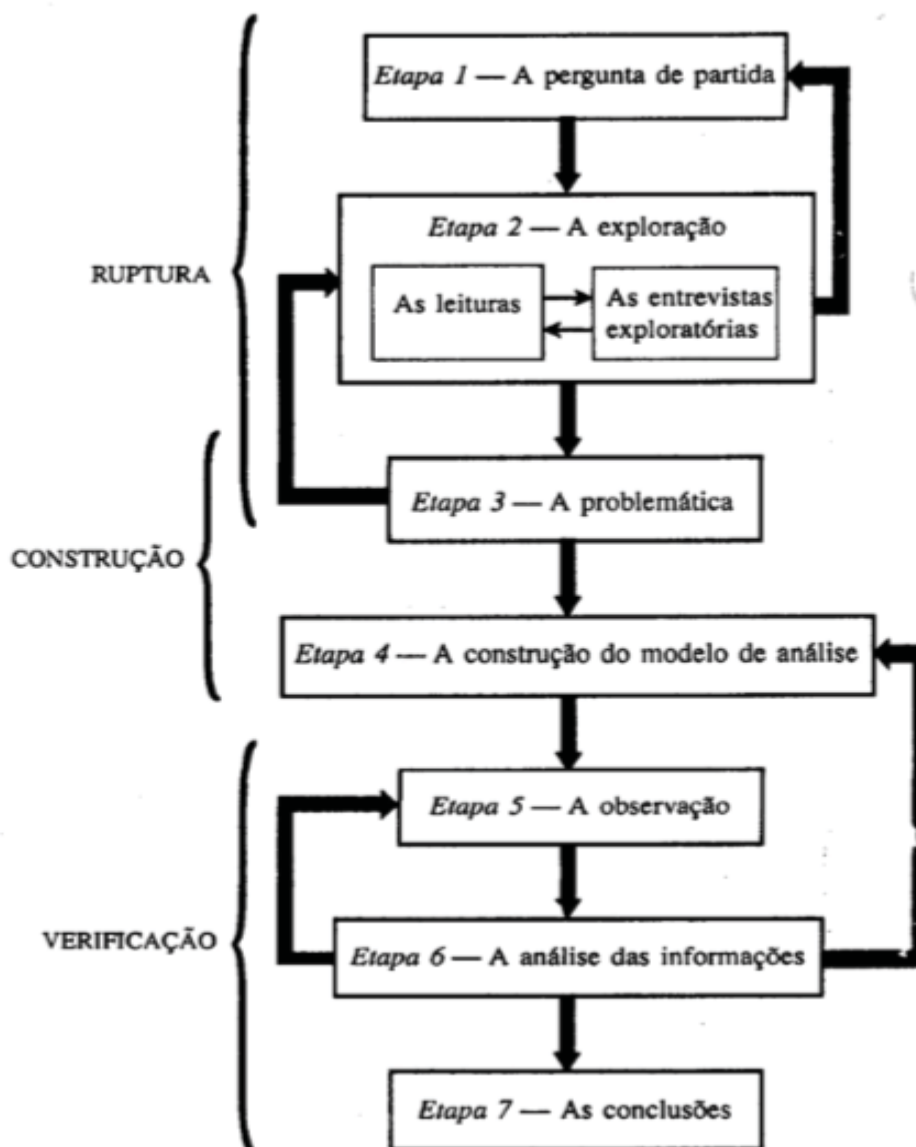


Figura 2 – Etapas do Procedimento

Fonte: (Quivy & Campenhoudt, 2008)

Anexo B – A Expansão da OTAN



Figura 3 – Dos países fundadores aos atuais membros da OTAN

Fonte: Adaptado de (Gonçalves, 2015)

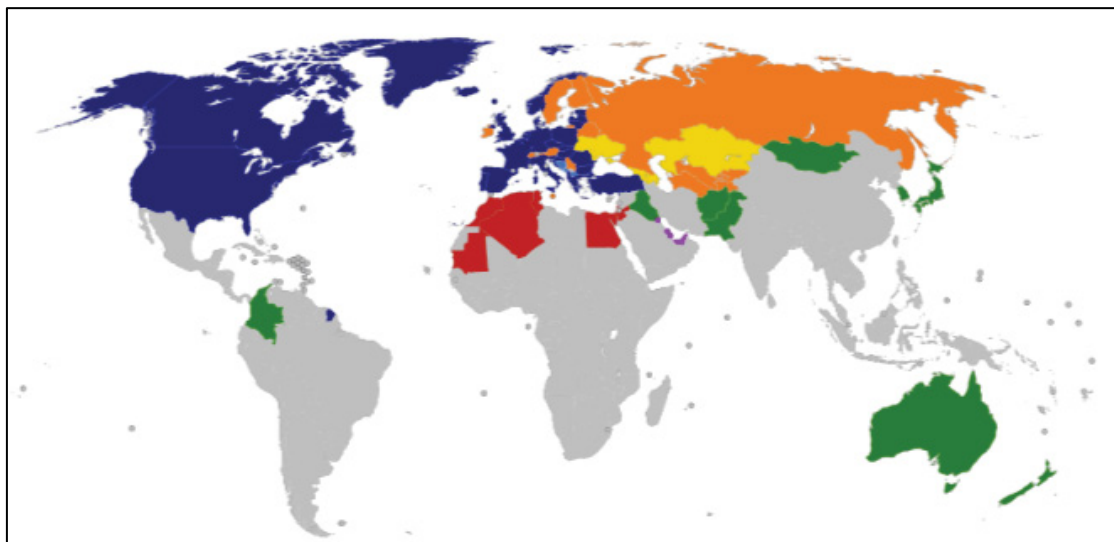


Figura 4 - Mapa global dos EM e parceiros da OTAN

Fonte: Adaptado de (Gonçalves, 2015)

Anexo C – A influência da URSS pós II GM

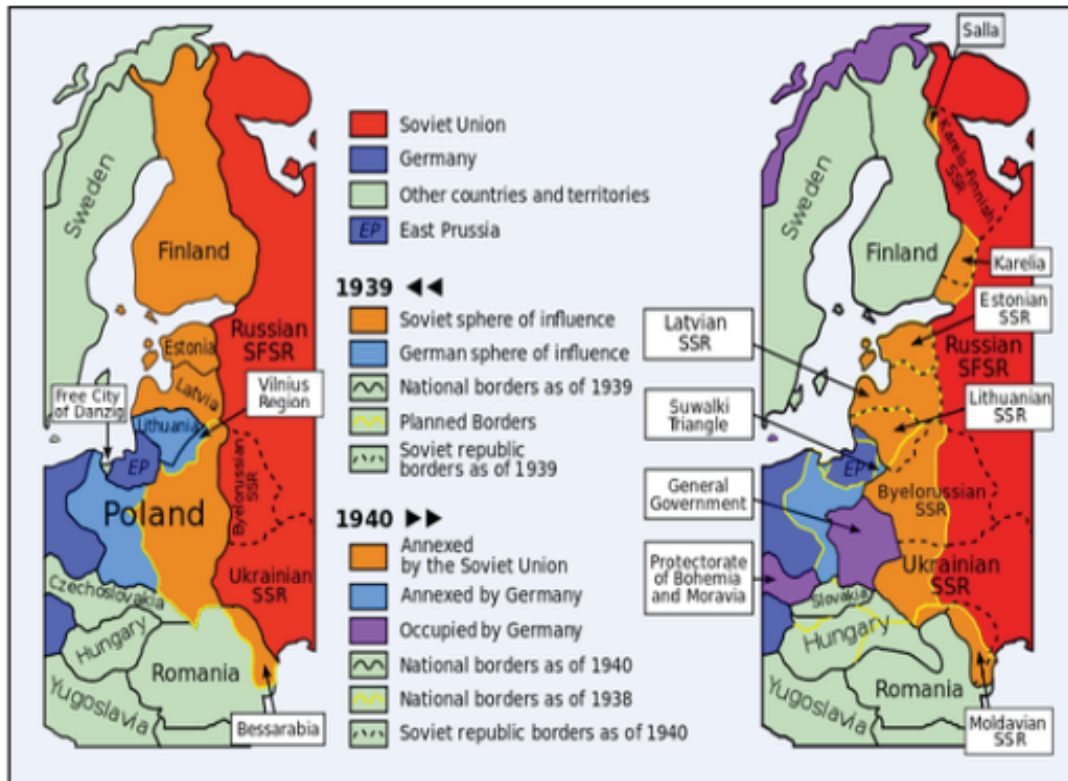


Figura 5 – Influência da URSS pós II GM

Fonte: Adaptado de (Hamula, 2006)

Anexo D - Principais marcos da OTAN

1949 – A assinatura do Tratado do Atlântico Norte

Seguindo-se à assinatura do tratado de Bruxelas em 1948, que criou uma aliança de defesa europeia, e ao bloqueio de Berlim por parte da União Soviética no mesmo ano, o Tratado do Atlântico Norte veio consagrar **uma união militar e de defesa europeia** e permitiu a criação de uma organização (NATO, no acrónimo inglês) nos mesmos moldes. O princípio original, consagrado no artigo 5o do Tratado, ditava que “um ataque armado contra um ou mais países membros será considerado uma agressão contra todos”.

1989 – A queda do muro de Berlim

A queda do muro de Berlim marcou o **início do fim da Guerra Fria**, e com ela a própria existência da NATO foi também questionada. O fim dos regimes comunistas nos países de Centro e Leste da Europa, bem como a reunificação da Alemanha, vieram redefinir os objetivos iniciais da organização, uma vez que a sua principal ameaça se extinguiu. Face à nova conjuntura sociopolítica da Europa, a NATO focou-se nos dois objetivos restantes: a luta contra o nacionalismo militar e a integração política europeia.

1991 – Novas parcerias com antigos adversários

Com a criação do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (mais tarde renomeado Conselho de Parceria Euro-Atlântica), a NATO estabeleceu a fundação para **novas relações com antigos adversários da organização**. Para além da aproximação aos países de Centro e Leste da Europa, as relações também foram além-fronteiras: foi criado o Diálogo Mediterrâneo com seis países não europeus (Egipto, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia).

1995 – A Guerra da Jugoslávia e a intervenção militar da NATO

A **primeira intervenção militar da organização** foi feita no contexto da Guerra da Bósnia. O país, que já tinha pedido intervenção internacional anteriormente, foi auxiliado com forças militares (cerca de 60 mil militares). O

conflito, que envolveu bósnios, sérvios e croatas, por um período de três anos, só ficou formalmente sanado em dezembro de 1995 com **Acordo de Dayton**.

O conflito jugoslavo, bem como outros que se desencadearam na Europa na era pós-soviética, estabeleceu para a NATO o objetivo de garantir que a cooperação militar tinha espaço para países não membros da organização.

Parte dos resultados das primeiras intervenções militares resultaram em novas adesões: entre 1999 e 2004, vários países do Centro e Leste europeu (como a Hungria, a República Checa ou a Estónia) juntaram-se à lista de membros da NATO. A Albânia, no rescaldo da fragmentação da Jugoslávia, aderiu também à organização.

2001-2003 – Oataqueterroristade11desetembroeaguerranoAfeganistão

Os ataques ao Pentágono e ao World Trade Center, em 2001, nos EUA, espoletaram a primeira e **única invocação da cláusula de auto-defesa da NATO**. As ações militares que lhe seguiram levaram as forças da organização ao Afeganistão, em conjunto com outros países de fora, para combater o grupo terrorista Al-Qaeda (responsável pelos ataques nos EUA).

2009-presente – Novos objetivos e estratégias da NATO

Ultrapassados os conflitos que marcaram as duas décadas anteriores, a organização **mantém os seus objetivos de segurança militar e de manutenção da paz**. Os ataques cibernéticos e a atual realidade tecnológica fazem parte das novas preocupações da organização. Outro dos desafios tem sido colocado pelos Estados Unidos, o principal financiador da Aliança, que há muitos anos reclama uma maior contribuição dos países-membros para o orçamento da organização.

Com **29 membros na atualidade**, a extensão foi constante desde 2004, sendo a Croácia, a Albânia (2013) e o Montenegro (2017) os mais recentes membros. Portugal, que foi um dos membros fundadores, manteve a sua presença e atividade na organização desde a sua formação (Alves C., 2019)

Anexo E – Excerto Decreto-Lei n.º 38530 de 1951

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna

Decreto-Lei n.º 38:530

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É aprovado o Acordo de auxílio mútuo para a defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, assinado em Lisboa em 5 de Janeiro de 1951, cujos textos, português e inglês, são os seguintes:

Acordo de auxílio mútuo para a defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América

O Governo Português e o Governo dos Estados Unidos da América;

Sendo partes do Tratado do Atlântico Norte, assinado em Washington em 4 de Abril de 1949;

Conscientes das suas obrigações recíprocas derivadas do artigo 3.º para, separadamente e em conjunto com as outras Partes, por meio de contínua e efectiva contribuição própria e auxílio mútuo, manter e aumentar a sua capacidade individual e colectiva para resistir a um ataque armado;

Desejando fomentar a paz e a segurança internacionais, dentro do âmbito da Carta das Nações Unidas, através de medidas que aumentem a possibilidade de as nações fiéis aos propósitos e princípios da Carta participarem efectivamente em arranjos de defesa própria individual e colectiva em apoio desses propósitos e princípios;

Reconhecendo que o aumento de confiança dos povos livres na sua própria capacidade para resistir à agressão apressará a recuperação económica;

Tomando em consideração o apoio que o Governo dos Estados Unidos da América trouxe a estes princípios com a publicação do Mutual Defense Assistance Act, de 1949, que prevê a concessão de assistência militar às nações que se ligaram aos Estados Unidos por acordos de segurança colectiva;

Desejando definir os preceitos que devem reger a concessão de tal assistência:

Acordaram como segue:

Mutual defense assistance agreement Between the United States of America and Portugal

The Governments of the United States of America and Portugal;

Being parties to the North Atlantic Treaty signed at Washington on April 4, 1949;

Conscious of their reciprocal pledges under article 3 separately and jointly with the other parties, by means of continuous and effective self-help and mutual aid, to maintain and increase their individual and collective ability to resist armed attack;

Desiring to foster international peace and security, within the framework of the Charter of the United Nations through measures which will further the ability of nations dedicated to the purposes and principles of the Charter to participate effectively in arrangements for individual and collective self-defense in support of those purposes and principles;

Recognizing that the increased confidence of free peoples in their own ability to resist aggression will advance economic recovery;

Taking into consideration the support that the Government of the United States of America has brought to these principles by enacting the Mutual Defense Assistance Act of 1949 which provides for the furnishing of military assistance to nations which have joined with it in collective security arrangements;

Desiring to set forth understandings which will govern the transfer of such assistance;

Have agreed as follows:

Fonte: Adaptado de <https://dre.pt/application/file/a/593392>

Anexo F - Relação entre a posição geográfica dos Açores e as rotas de projeção de poder

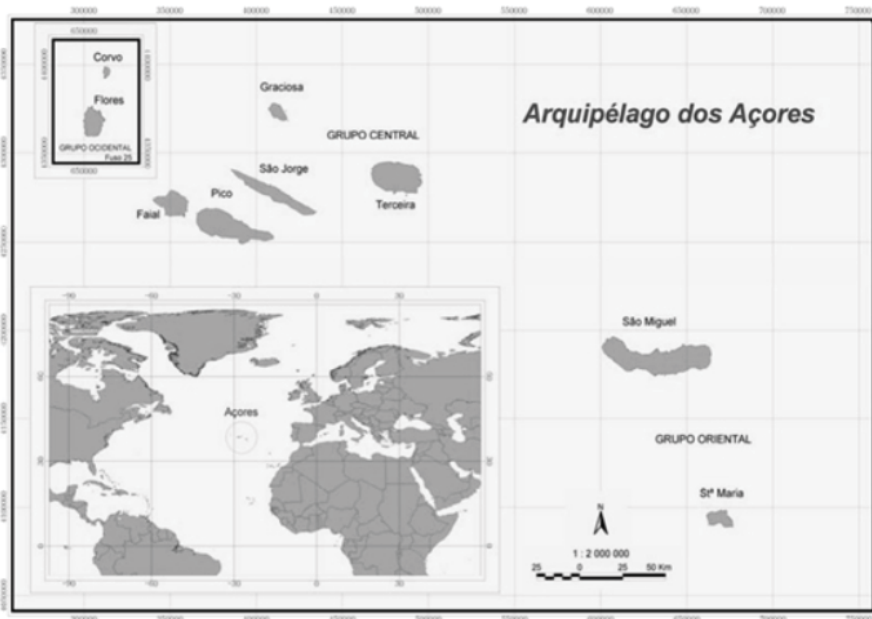


Figura 6 - Posição geográfica dos Açores

Adaptado de (Soares, 2012)

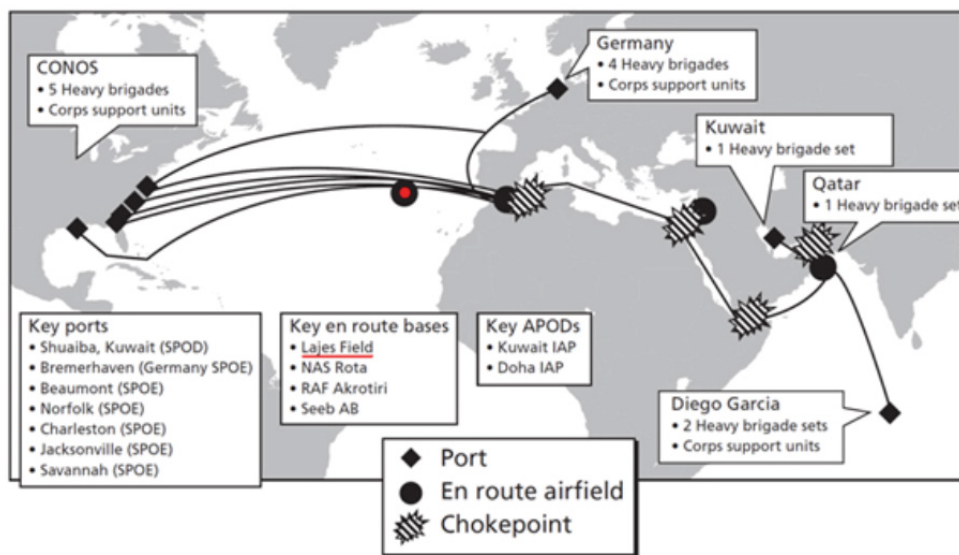


Figura 7 - Rotas desde os EUA para teatros de operações do Médio Oriente

Adaptado de (Escorrega, 2010)

Anexo G - Evolução estrutural da OTAN

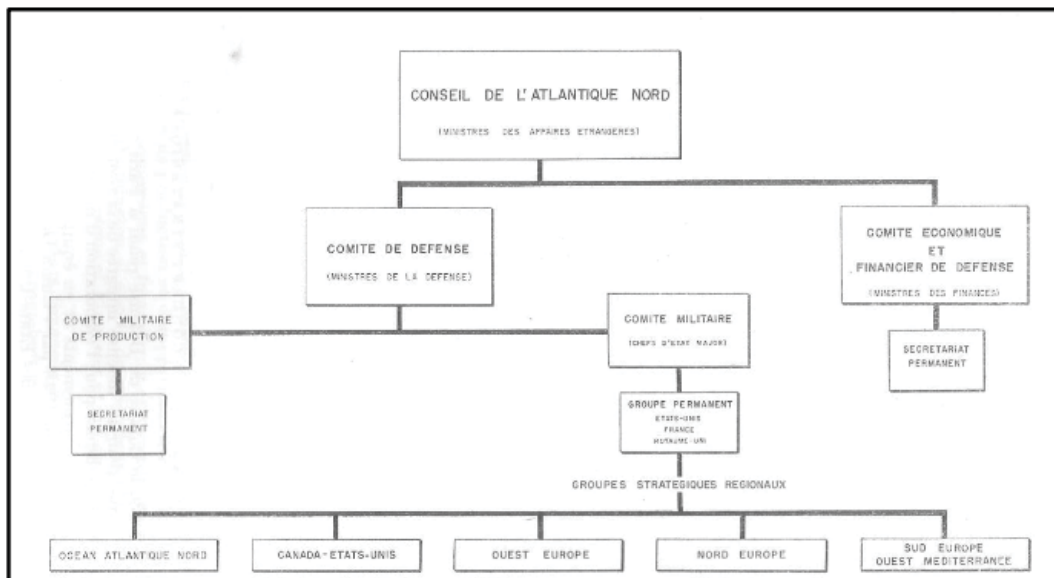


Figura 8 - Estrutura da OTAN em dezembro de 1949

Fonte: (OTAN, 1945)

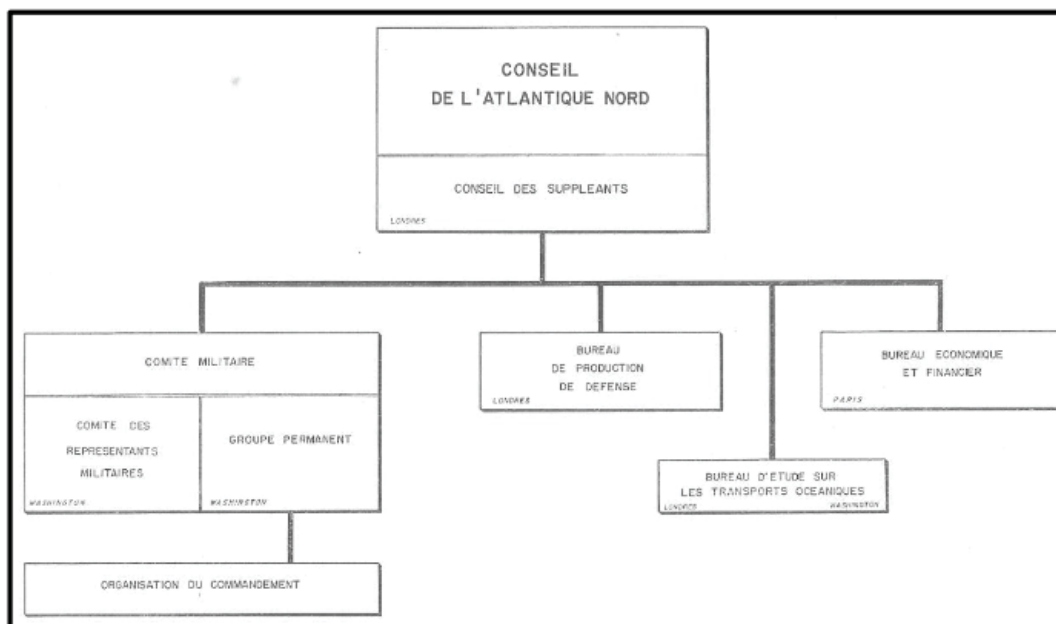


Figura 9 - Estrutura da OTAN em maio de 1951

Adaptado de (OTAN, 1945)

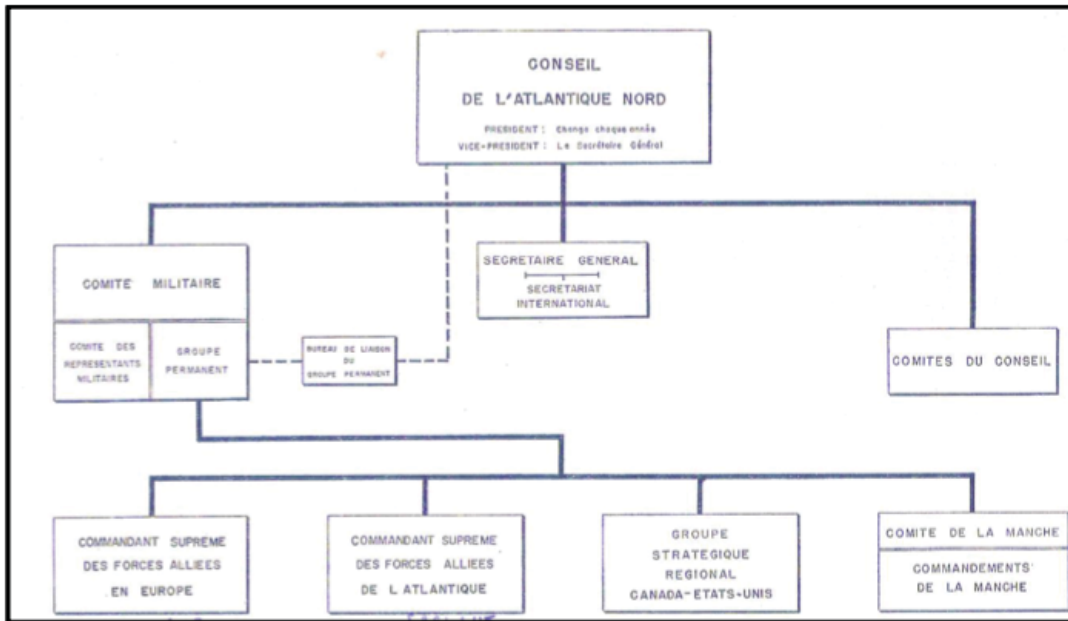


Figura 10 - Estrutura da OTAN em julho de 1954

Fonte: (OTAN, 1945)

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Ciências Sociais e
Humanas

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal